



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLAYNE GOMES DE SOUZA

**A perspectiva higienista no Serviço Social: uma análise a partir da experiência
na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950**

**RECIFE
2023**

CAROLAYNE GOMES DE SOUZA

A perspectiva higienista no Serviço Social: uma análise a partir da experiência na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Adilson Aquino Silveira Jr.

RECIFE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza, Carolayne Gomes de.

A perspectiva higienista no Serviço Social: uma análise a partir da experiência na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950 / Carolayne Gomes de Souza. - Recife, 2023.

74 p. : il., tab.

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Higienismo. 2. Serviço Social. 3. Pernambuco. 4. História. I. Silveira Junior, Adilson Aquino. (Orientação). II. Título.

990 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho como um singelo tributo a minha avó Maria Severina da Silva, seu amor e seus sonhos sempre vão estar comigo.

Dedico especialmente a minha família, minha amada mãe Maria José Gomes da Silva, por toda sua dedicação como mãe solo, por todo seu amor e sua alegria. As minhas irmãs Cassiane Cristine e Camille Vitória por todo amor, companheirismo e parceria.

Ao meu melhor amigo William da Silva Lima, sua presença em todos esses anos, mas em especial nessa reta final da graduação foi essencial para a conclusão desse trabalho.

Ao meu grupinho “As Articuladas” que sempre terão lugar especial no meu coração, amo todas vocês, obrigada por todas as gargalhadas no däss.

Aos meus amigos Raiza Raiane, Vitor Correia, Danilo Vieira e Leonardo Américo, saibam que sou extremamente grata pelos momentos de descontração e alegria.

Aos amigos ausentes nessas linhas, mas que estiveram presentes ao longo dessa jornada, sem dúvida foi mais linda e menos tortuosa tendo vocês por perto.

A professora Tatiane Michele Melo de Lima, toda sua grandiosa contribuição dentro da academia, seus importantes apontamentos nas aulas foi o que me motivou a iniciar essa pesquisa, muito obrigada.

Ao meu orientador Adilson Aquino Silveira Jr., obrigado pelos ensinamentos e orientações que foram peças chaves para a concretização dessa pesquisa, agradeço imensamente pela paciência e compreensão.

A professora Ana Cristina de Souza Vieira, muito obrigada pelas gentis palavras e por todo interesse demonstrado por esse trabalho, sua avaliação me impactou grandemente e me incentivou a continuar com a pesquisa.

Por fim agradeço a cada uma que foi presente nessa caminhada, aos demais professores da graduação, a todas minhas supervisoras de estágio, aos colegas de estágio e de graduação, aos romances, aos demais trabalhadores do ccsa e a todos que dividiram comigo suas alegrias, dores e anseios, muito obrigado a cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e documental alicerçada no materialismo histórico-dialético e tem por objetivo geral analisar a presença da perspectiva higienista nas intervenções na área do Serviço Social em Pernambuco enfocando na atuação de duas estagiárias na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950. Possui como objetivos específicos identificar as ideias higienistas na formação social brasileira, buscando verificar suas matrizes no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro; elucidar a relação entre os membros da Liga de Higiene Mental pernambucana e o corpo docente da Escola de Serviço Social de Pernambuco, investigando as possíveis representações e orientações do higienismo nas práticas que permeavam as ementas do currículo profissional da Escola de Serviço Social de Pernambuco na década de 1950; estudar os Trabalhos de Conclusão de Curso das estagiárias Ana Luiza Pereira da Costa e Carmen de Souza Cavalcanti, objetivando traçar um perfil profissional de atuação dentro da Escola Especial Ulisses Pernambucano.

Palavras chaves: Higienismo, Serviço Social, Pernambuco, História.

Abstract

This end-of-course work is the result of bibliographical and documentary research based on historical-dialectical materialism and its general objective is to analyze the presence of the hygienist perspective in the professional interventions of Social Work in Pernambuco, focusing on the work of two interns from the Ulisses Pernambucano School in the 1940s and 1950s. With the specific objectives of identifying hygienist ideas in Brazilian social formation, seeking to verify their matrices in the development of Brazilian Social Work; elucidating the relationship between the members of the Pernambuco Mental Hygiene League and the teaching staff of the Pernambuco School of Social Work, investigating the possible representations and orientations of hygiene in the professional practices that permeate the menu of the professional curriculum of the Pernambuco School of Social Work in the 1950s; to study the end-of-course work of trainees Ana Luiza Pereira da Costa and Carmen de Souza Cavalcanti, with the aim of drawing up a professional profile of their work at the Ulisses Pernambucano School.

Keywords: Hygienicism, Social Services, Pernambuco, History.

LISTA DE FIGURAS/QUADROS/GRÁFICOS

- Figura 1 - Reunião da Liga de Higiene Mental de Pernambuco, 1938 p. 31
- Figura 2 - Comunicado do Juizado de Menores a respeito do impacto da III Semana de Ação Social na fundação da Escola de Serviço Social em Pernambuco, 1939 p. 34
- Figura 3 - Grupo de professores e alunas após inauguração do curso intensivo de Serviço Social p. 36
- Quadro 1 - Mapa de disciplinas, ementas e corpo docente da ESSPE em 1955 p. 39
- Gráfico 1 - Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969) p. 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHM	Arquivos Brasileiros de Higiene Mental
CE	Clínica de Eufrenia
COI	Centro de Orientação Infantil
COJ	Centro de Orientação Juvenil
ESSPE	Escola de Serviço Social de Pernambuco
I.M	Idade Mental
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
LHM	Liga de Higiene Mental de Pernambuco
Q. I	Quociente de Inteligência
SHM	Serviço de Higiene Mental
SOHM	Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
EEUP	Escola Especial Ulisses Pernambucano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MOVIMENTO HIGIENISTA E O SERVIÇO SOCIAL.....	12
2.1 MOVIMENTO HIGIENISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO	14
2.2. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O HIGIENISMO	24
2.3 ULISSES PERNAMBUCANO E OS SERVIÇOS DE HIGIENE MENTAL EM PERNAMBUCO.....	27
2.4 ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO.....	32
3. A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA ESPECIAL ULISSES PERNAMBUCANO.....	44
3.1 BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DAS ESTAGIÁRIAS MARIA LUIZA PEREIRA DA COSTA E CARMEN DE SOUZA CAVALCANTI.....	44
3.2 A ESCOLA ESPECIAL ULISSES PERNAMBUCANO E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO.....	49
3.3 PROCESSOS DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EEUP	53
3.3.1 N ^o 1 – <i>Caso que predomina o problema de saúde</i>	<i>55</i>
3.3.2 N ^o 2 – <i>Caso de maior significância do nível educativo.....</i>	<i>56</i>
3.3.3 N ^o 3 – <i>Caso de fator econômico no ajustamento familiar</i>	<i>58</i>
3.4 AUTOANÁLISE DAS ESTAGIARIAS ACERCA DO RESULTADO DAS AÇÕES.....	60
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXOS.....	72
ANEXO I – ATA DE DIPLOMAÇÃO DE ANA LUIZA PEREIRA DA COSTA, 1949... 72	
ANEXO II – ATA DE DIPLOMAÇÃO DA ALUNA CARMEN DE SOUZA CAVALCANTI, 1957	73

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo de pesquisa bibliográfica e documental e teve como objetivo analisar através do resgate histórico, a presença da perspectiva higienista nas intervenções profissionais do Serviço Social em Pernambuco enfocando na atuação de duas estagiárias na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950. Com objetivos específicos de identificar as ideias higienistas na formação social brasileira, buscando verificar suas matrizes no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e pernambucano; elucidar a relação entre os membros da Liga de Higiene Mental pernambucana e o corpo docente da Escola de Serviço Social de Pernambuco, investigando as possíveis representações e orientações do higienismo nas práticas profissionais que permeiam as ementas do currículo profissional da Escola de Serviço Social de Pernambuco na década de 1950; estudar os trabalhos dos conclusões de curso das estagiárias Ana Luiza Pereira da Costa e Carmen de Souza Cavalcanti, objetivando traçar um perfil profissional de atuação dentro da Escola Especial Ulisses Pernambucano.

Como materiais de estudo, realizamos a utilização de fontes que abordassem a atuação dentro do contexto regional de Pernambuco, mais particularmente, na Escola Especial Ulisses Pernambucano. A análise documental, tomou como fontes primárias, dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que continham os relatos das atividades e atendimentos realizados na Escola Especial Ulisses Pernambucano em Recife: o primeiro foi da estagiária Ana Luiza Pereira da Costa, intitulado “*Contribuição ao Estudo da Assistência aos Anormais Educáveis*”, de 1949; o segundo foi da estagiária Carmen de Souza Cavalcanti, intitulado “*Tentativa de Serviço Social em Escola de Excepcionais Doentes Mentais*”, de 1957. A escolha dessas fontes e o recorte temporal correspondem ao marco de inserção do Serviço Social na composição técnica da instituição Escola Especial Ulisses Pernambucano. O material explorado reporta tanto a atuação das estagiárias do Serviço Social na instituição quanto a apresentação de dados privilegiados acerca do serviço. Outros materiais foram agregados também ao estudo, como o livro oriundo do *Curso*

intensivo de Serviço Social promovido pela LBA em Recife ano de 1943, o *Relatório da Comissão Verificadora* de 1955 e recortes de jornais da década de 1930.

A análise bibliográfica foi desenvolvida na perspectiva da abordagem histórica e de totalidade, com base em materiais já elaborados, como livros, artigos, dissertações e teses que abordassem os temas centrais propostos (Gil, 2002).

Para o quadro teórico, a pesquisa utilizou-se de produções teóricas no campo do Serviço Social (Abreu, 2008; Goncalves, 2018; lamamoto; Carvalho, 2014; Vasconcelos, 2000), teses e monografias que abordassem os temas de *Higienismo e Educação Especial* (Jannuzzi, 1992; Lourenço, 2007; Reis, 1994; Tamano, 2022) e demais produções que abordassem o contexto econômico, político e social de Pernambuco no período 1940-1950 (Nascimento, 2007; Padilha, 2008; Silveira Jr. e Maciel, 2020; Vicentini, 2019).

A motivação para realização desse estudo foi ocasionada por provocações e questionamentos desenvolvidos na minha trajetória enquanto estudante da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. As discussões na disciplina de *Serviço Social e processos de trabalho* ministrada pela professora Dra. Tatiane Michele Melo de Lima foram centrais para o desejo de investigar, através do resgate histórico, as dinâmicas higienistas que permearam o exercício profissional dos assistentes sociais, sobretudo no contexto pernambucano.

O conservadorismo e a regressividade civilizatória que o Brasil experencia, especialmente nos anos de 2016 a 2022, intensificada com a pandemia da Covid-19, foi ocasionada pelo aprofundamento da crise econômica, política e social, fruto do movimento do ultra neoliberalismo, que desencadeou os mais diversos ataques a democracia e aos direitos sociais. Estamos de acordo com a fala de lamamoto (2019), que diz: “[...] elucidar as constelações que ligam o presente e o passado é um movimento fundamental tanto para compreender o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas” (p. 440).

Ao longo dos últimos anos, é possível ver o movimento de resistência dentro da categoria no repúdio as práticas de cunho higienista que rondam a profissão até os dias atuais. Em 2018, um documento elaborado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI/CFESS) informa a grave denúncia sobre a atuação dos assistentes sociais dentro das comunidades terapêuticas, instituições

majoritariamente religiosas e filantrópicas. O aumento das CT's dentro do país foi facilitado com incentivos legais e financeiros a mando do des-governo Bolsonaro 2019 - 2022), esses “serviços” têm suas ações pautadas no isolamento, proibicionismo, exploração da força de trabalho, moralização e nos fundamentos religiosos de “amor” e “solidariedade”, indo na contramão dos princípios e diretrizes conquistados pela Lei 10.216 de 2001 da Reforma Psiquiátrica.

Nesse relatório da COFI/CFESS, foi constatada a participação de assistentes sociais em atividades de cunho religioso, laborterapia entre outros. Além de uma considerável parcela estarem naqueles espaços na condição de trabalhadores voluntários. Essas tendências confrontam os princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social.

Outras entidades, como CRESS-PR e CRESS-SP, nos últimos três anos, publicaram notas de repúdio referente a ações higienistas cometidas contra a população em situação de rua, como em Monte Mor/SP, onde se usou de “[...] ameaça, coerção e violência retirando à força as pessoas em situação de rua do município, levando-as para outras cidades” (Cress-sp, 2021).

O cenário de graves violações de direitos sociais se mostra como desafios já conhecidos pela nossa categoria profissional: “[...] o assistencialismo da intervenção social é revigorado e tende a restaurar, para a profissão, os limites do pronto-socorro social” (Netto, 2013, p. 28). A profissão corre risco de regressão do seu legado teórico-prático de consolidação, e se faz a urgência de combate e crítica ao assistencialismo que ronda o fazer profissional.

A produção desse estudo está justificada no resgate da aproximação histórica que se encontra escasso dentro das produções que abordam o surgimento e profissionalização do Serviço Social no Brasil. Marilda lamamoto e José Paulo Netto, sendo mais referenciados autores nas produções históricas da profissão, muito pouco falam sobre a influência higienista dentro do Serviço Social brasileiro. Eduardo Vasconcelos realizou o resgate da relação higienista e Serviço Social, mas apenas no que diz respeito às Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro e São Paulo, o que nos leva a acreditar que nossa contribuição tem relevância teórica para a reconstrução histórica a partir da abordagem marxista, no que diz respeito ao Serviço Social em Pernambuco.

Assim, o trabalho se organiza da seguinte forma: o capítulo segundo realiza um breve resgate sobre as raízes do higienismo na história e os efeitos da sua implementação nas políticas públicas promovidas pelo Estado, o recorte histórico do Movimento Higienista, as Ligas de Higiene Mental no Brasil, o surgimento do Serviço Social no Brasil, a trajetória de Ulisses Pernambucano nas reformas psiquiátricas e educacionais, a Liga de Higiene Mental de Pernambuco e por fim, a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco. No capítulo terceiro, apresentamos a Escola Especial Ulisses Pernambucano, as trajetórias profissionais das estagiárias do Serviço Social e suas experiências de estágio na instituição. Ao final do trabalho, concluímos o ciclo de apresentação da formação educacional e as intervenções a partir da inserção profissional na escola de educação especial para crianças com deficiência intelectual nas décadas de 1940 e 1950 a partir da herança higienista no trato moral da questão social.

2. MOVIMENTO HIGIENISTA E O SERVIÇO SOCIAL

Para a contextualização inicial, faremos uma breve recuperação de algumas informações sobre o conteúdo e significância do movimento higienista na história da sociedade, observando o desenvolvimento das ideias higienistas no desenrolar das tensões existentes nas relações de poder entre classes sociais.

Vasconcelos (2000) indica que as raízes do higienismo podem ser localizadas a partir da teoria das degenerescências abordada no livro *Traité des dégénérescences* de Bénédict-Augustin Morel, em 1857¹. Em seus ensaios, Morel propõe uma classificação das “degenerescências” em seis grandes grupos, seriam eles: (I) degenerescências por intoxicação (abusos de drogas, meios pantanosos, constituição geológica do solo (cretinismo), intoxicações por metais, fome, epidemias, natureza dos alimentos, uso exclusivo de certas substâncias alimentares; (II) degenerescências resultando do meio social (exercício de profissões perigosas ou insalubres, habitação em centros muito populosos ou insalubres, falta de instrução, falta de previdência, abuso de bebidas alcoólicas, excessos venéreos, insuficiência da alimentação); (III) degenerescências que resultam de uma afecção mórbida anterior ou de um temperamento doentio; (IV) degenerescências na sua relação com o mal moral; (V) degenerescências que provêm de enfermidades congênitas ou adquiridas na infância (cérebro atrofiado e/ou lesado na sua estrutura íntima ou caixa craniana formada de maneira a impedir o desenvolvimento do cérebro; exposição intrauterina a afecções convulsivas, tuberculosas; surdo-mudez e cegueira congênitas); (VI) degenerescências em relação as influências hereditárias.

Segundo a teoria de Morel, à medida que esses estigmas fossem transmitidos através das gerações, seus efeitos teriam a se acentuar, levando à desnaturação da linhagem, chegando até sua extinção pela esterilidade (Pereira, 2010).

Esse ensaio de Morel promoveu um avanço nos estudos da medicina e psiquiatria, onde se passa a refletir sobre o corpo social, em particular as ações sanitárias e higiênicas a serem implementadas na sociedade a fim de barrar a propagação das “degenerações”.

¹ Para maior compreensão sobre os estudos de Morel, indicamos a leitura de Serpa Jr. (2010).

O expressivo crescimento urbano decorrente da revolução dos modos de produção no século XVIII, especialmente nas cidades europeias, defronta-se com inúmeros problemas relacionados à degradação das condições de saúde e habitação da população operária. Epidemias como cólera, varíola, sarampo, escorbuto, tuberculose, entre outras, dizimaram grande parte da população. Diante desse cenário de barbárie da vida social, a qual estrutura a sociabilidade capitalista, houve a ascensão das vanguardas operárias no seu processo de luta e consciência política. Como Marx e Engels explicam no *Manifesto Comunista* de 1848, o Estado aparece como um comitê para administrar negócios coletivos da classe burguesa. Nascendo para conter e conservar os conflitos no limite da ordem. Diante disso, a intervenção adotada para amenizar os conflitos de classe se deu, em primeiro momento, no surgimento do conceito de seguridade social e de saúde, modelo embrionário estabelecido por Bismarck, em 1883, na Alemanha. De caráter excludente, esse sistema contemplou apenas uma parcela da população, deixando de fora os que não contribuíram ativamente com impostos ao governo. Após a Segunda Guerra Mundial, alguns países do continente europeu passaram a adotar medidas inspiradas no Plano Beveridge², promovendo o *Welfare State* inglês, com o intuito de oferecer ao povo uma espécie de compensação por problemas causados pelo conflito bélico (Scliar, 2007).

A promoção da saúde pública nesse cenário se deu não pela busca da cura, mas numa perspectiva de prevenção e alienação do indivíduo acerca da sua exploração exacerbada. Os profissionais que atuaram a mando do Estado buscaram difundir nos meios sociais a ideia de que os problemas de saúde poderiam ser resolvidos com educação higiênica. As campanhas para a defesa e combate às doenças e os seus agentes causadores mascararam o preconceito que as elites nutriam em relação aos segmentos populares, aos pobres e aos trabalhadores, todos responsabilizados pela precariedade das suas condições de vida, pelas doenças que possuíam, acusados de serem possuírem morbidez e serem

² O Plano Beveridge se consistiu em fazer uma fusão das medidas esparsas já existentes, ampliando e consolidando os vários planos de seguro social, padronizando os benefícios e incluindo novos benefícios, como seguro acidente de trabalho, abono familiar ou salário família, seguro desemprego e outros seis auxílios sociais: auxílio funeral, auxílio maternidade, abono nupcial, benefícios para esposas abandonadas, assistência às donas de casa enfermas e auxílio-treinamento para os que trabalhavam por conta própria (Beveridge, 1942, p. 7-9; Marshal, 1967, p.99 *apud* Boschetti, 2003, p. 66).

transmissores de epidemias, além de supostamente tornarem-se um atraso para o progresso do país (Rosen, 1994; Rodrigues, 2001; Vasconcelos, 2000).

Em 1826, o médico Louis René Villermé (1782-1863), publicou um relatório que analisava os índices de mortalidade nos diferentes bairros de Paris. Villermé apontou que a elevação das taxas de mortalidade estava condicionada ao nível de renda dos habitantes. A partir desse estudo, iniciam-se grandes cruzadas em prol da higiene na sociedade, alguns segmentos como higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física e educação sanitária foram pensados para promoverem ações de educação e “reajustamento” da conduta dos indivíduos.

A formulação de mecanismos ideológicos de ocultamento das raízes das desigualdades foi embalada pela ideologia do darwinismo social e buscou a manutenção e preservação de uma raça e da ideologia capitalista. Agentes das diversas áreas, como ciência, psicologia e arte, colaboraram para a constituição de discursos a fim da legitimação da supremacia econômica, política e social. (Boarini, 2003; Scliar,)

A higiene social implantada à ordem do “Estado, articulado a política social e econômica vai atingir principalmente os trabalhadores e assalariados” (Vasconcelos, 200. p.123), tanto individualmente como coletivamente no processo de cooptação do seu espaço privado quando do seu meio social.

2.1 Movimento higienista no contexto brasileiro

O movimento higienista é absorvido no ideário brasileiro validado pelo Estado, buscando a defesa da saúde pública e educação para hábitos saudáveis promovidos por diversos saberes disciplinares atuando em conjunto com a psiquiatria, engenharia sanitária e a medicina higiênica. No estudo desenvolvido por Jacó-Vilela (2016), o autor apresenta algumas ideias de cunho higienista que circulavam no país que a pouco havia abolido a escravatura e se tornado república.

É uma época em que os males do Brasil são atribuídos tanto à presença do negro quanto – pior que tudo – à mestiçagem: em um amálgama de evolucionismo a teoria da degenerescência de Benedict Morel (1809-1873), a preponderância do elemento mulato na população era considerada o maior empecilho para que o país alcançasse o padrão civilizado das nações europeias. Os sangues branco e negro, enquanto puros, já eram

hierarquicamente diferentes; mas o sangue branco, quando “contaminado” pelo negro, implicava a inferioridade do mestiço — inferioridade física, intelectual e moral transmissível à descendência e produtora de uma linha contínua de degradação (Jacó-Vilela *et al*, 2016, p.528).

Gonçalves (2018) explicita que as bases jurídico-políticas para implantação do capitalismo no Brasil esbarraram num processo que não só era compartilhado pela classe dominante, mas por todos os poros da sociedade brasileira: a depreciação da população negra. A nova ordem política implementada era racial. Ao referenciar a análise de Clóvis Moura, a autora descreve que o processo do desenvolvimentismo no Brasil se entrelaça à arianização para melhoramento do sangue e raça da nação. A importação dos primeiros operários europeus no Brasil foi colocada para o aprimoramento do progresso e embranquecimento nacional.

A vitória da abolição da escravatura, grande marco da história no país, mas que não foi capaz de desencadear uma revolução nacional, democrática e agrária, relegou os negros à mendicância nas ruas ou a trabalhos análogos a escravidão, esse fenômeno, somado ao contingente de imigrantes que chegavam ao Brasil para compor a massa trabalhadora assalariada, o crescimento populacional nos grandes centros urbanos, os efeitos das epidemias e endemias que assolavam a população carioca com a sucessão de surtos como cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e tuberculose, agravadas pela falta de saneamento e péssimas condições de infraestrutura, foram algumas das condições que colocaram em evidência as problemáticas sociais e afunilaram ainda mais o desejo de segregação daqueles considerados promíscuos e desestabilizadores da saúde pública.

As reformas nos grandes centros urbanos, encabeçadas por figuras como o famoso médico sanitário Oswaldo Cruz (1872-1917), atuaram na expansão do saneamento e no alargamento das ruas e avenidas como medidas higiênicas para defesa e prevenção dos surtos epidêmicos, além de contribuir para o embelezamento do Rio de Janeiro, cartão postal do país. As primeiras ações foram a destruição de cortiços, sobrados e qualquer imóvel classificado como insalubre, no desejo de descomprimir as habitações. Essas reformas urbanas traduziam-se em práticas repressivas às populações pobres, que eram acusados de serem atrasadas, inferiores e pestilentas, essas pessoas seriam perseguidas nas ocupações que faziam das ruas, sobretudo seriam isolados em habitações distantes dos grandes

centros urbanos e dos bairros habitados por uma população majoritariamente branca e rica (Cunha, 2020; Gonçalves, 2018; Marins, 1998).

A racionalidade médica colaborou para uma naturalização dos problemas sociais de forma a justificar os privilégios das classes dominantes, ao mesmo tempo em que negava a existência de classes sociais, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade total por sua ignorância e saúde (Boarini, 2003).

A psiquiatria teve um importante papel nas suas atuações sobre os “riscos sociais” que rondavam as grandes cidades, “[...] não apenas as doenças físicas tinham como receituário a higiene, mas doenças psíquicas, os bons costumes e a moral eram problemas da higiene” (Baorini, 2003, p. 36). Diferentemente do cenário mundial, onde já se havia superado a fase do Grande Enclausuramento, o alienismo brasileiro ainda se valia da medicalização e internação compulsória dentro dos asilos e hospícios. A propagação das ideias de higiene logo se voltou as doenças mentais, segundo Fontenelle (1925):

A rápida evolução que vai tendo a higiene pública, como forma de atividade social baseada na utilização das ciências físicas e biológicas, levou-a a alargar grandemente as suas responsabilidades, incluindo um trabalho construtor de natureza minimamente ativa, muito além da simples passividade de defesa contra a doença. Ao mesmo tempo, considerando a importância essencial da atividade psíquica, profundamente entrelaçada no funcionamento da parte física do organismo humano, a higiene mental começou a surgir como cogitação especial. Essa higiene mental apresenta duas faces: uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração psíquica, é a profilaxia mental; outra, procurando preparar o equilíbrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio psíquico e social, é a higiene mental propriamente dita (p. 1).

Importante fazer menção ao que Foucault (1972) denomina como “O Grande Enclausuramento” ou “A Grande Internação” como a fase entre o fim do século XVI e início do século XVII em que se atingiu o grau de tolerância zero à pobreza e “vagabundagem”, o indivíduo acusado de tal prática seria detido e encaminhado para o Hospital Geral de Paris em 1656. O pressuposto básico era o de excluir do corpo social uma massa heterogênea de indivíduos que se apresentavam como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade parisiense. O Hospital Geral de Paris albergaria prostitutas, libertinos, sífilíticos, doentes venéreos, desafetos do Rei, doentes moribundos, mendigos, andarilhos, desordeiros, “loucos”, entre outros. O objetivo a ser alcançado por meio da tutela desses indivíduos era de promover uma

correção das suas “doenças” por meio do trabalho e por via da instrução religiosa (Menezes, 2014).

No caso do Brasil, a abertura do Hospício D. Pedro II, em 1852, significou a entrada do país na “modernidade” pela constituição do discurso psiquiátrico, em consonância com o tratamento moral, implicando também o poder disciplinar, o isolamento, o controle e a vigilância, sendo essas as bandeiras defendidas para o afastamento dos indivíduos em relação às causas das suas “loucuras”. A superlotação do hospício foi um dos problemas apontados na administração dos seus métodos, o que acometeu num questionamento da possível eficácia do tratamento de reclusão dessas pessoas. As superlotações se davam, assim como ocorreu em Paris, pela não diferenciação dos indivíduos que seriam encaminhados para o serviço. Para as autoridades policiais todos aqueles que “perturbavam” a ordem das cidades seriam levados ao hospício, incluindo os negros, epiléticos, os bêbados e inválidos. Após a instauração da República, o Hospício D. Pedro II passou a se chamar *Hospital Nacional dos Alienados* e foi separado da administração da Santa Casa de Misericórdia, estando agora sob a tutela do Estado. Juliano Moreira (1873-1933)³ assumiu a direção do Hospital em 1903. No mesmo ano foi promulgada a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados; em 1927 foi criado o *Serviço de Assistência aos Doentes Mentais* no Distrito Federal, esse serviço passou a coordenar todos os estabelecimentos psiquiátricos públicos do Rio de Janeiro, sendo eles o *Hospital Nacional*, o *Hospital Colônia do Engenho de Dentro*, a *Colônia de Jacarepaguá* e o *Manicômio Judiciário* (Andrade, 2018).

Logo então, os higienistas entraram em consenso que apenas a organização sanitária física não daria conta de chegar aos objetivos almejados de uma sociedade livre das “degenerações sociais”, tendo a concepção de higiene transcendida da simples prática de limpeza, logo passando a atuar também na padronização do indivíduo segundo a classificação de “saudável” e “obediente” para o progresso da sociedade. De maneira geral, a medicina, a higiene e a eugenia passavam a ser

³ Juliano Moreira (1872-1933) é um dos principais nomes da psiquiatria nacional. Como diretor do Hospício Nacional de Alienados, humanizou o tratamento dado aos pacientes, acabando com o seu aprisionamento e abolindo os coletes e camisas de força. Defendeu que as doenças mentais tinham origem em fatores físicos e situacionais. Foi membro da Diretoria da Academia Brasileira de Ciências, da Liga Brasileira de Higiene Mental e de diversas sociedades médicas em todo o mundo. Tornou-se diretor da Assistência Nacional a Alienados em 1911. Para além, fundou os Arquivos Brasileiros de Medicina e a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins.

apropriadas como um conjunto de ferramentas civilizadoras e salvacionistas, como práticas científicas essenciais no processo de reforma social e de construção de uma nova nacionalidade brasileira (Souza, 2008).

Em 1923, Gustavo Riedel⁴ fundou a *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM) com sede no Rio de Janeiro. A LBHM é muito presente no trato da higiene mental, com foco na educação para a normalização dos hábitos ligados a busca de melhoria da ciência psiquiátrica aos “doentes nervosos e mentais” dentro e fora dos hospitais psiquiátricos e asilos.

A Liga surgiu embasada pelos princípios positivistas de ordem e progresso e pelas ciências, em destaque, a biologia, psicologia, estatística, entre outras, como alternativa para busca por soluções dos problemas de organização sanitária, urbana e comportamental da população. Seus membros, em sua maioria, eram médicos, mas não somente, educadores, jornalistas, juristas e literatos também eram figuras presentes dentro da Liga, dedicados aos estudos de assuntos como doenças mentais, alcoolismo, eugenia, infância e maternidade. Conforme o Estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental, seus objetivos eram:

[...] a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e especial do sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação; c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de um programa de Higiene Mental e de Eugenia no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social (LBHM, 1925a, p.223).

A LBHM procurava divulgar seus estudos e discussões através de artigos de jornais, folhetos de propaganda, palestras, programas de rádios e, a partir de 1925, passou a publicar sua própria revista, chamada *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*.

Costa (1989) evidencia que os psiquiatras que integravam a LBHM tendiam a vincular os problemas psiquiátricos à causalidade biológica e cultural e, por vezes, a higiene e eugenia soavam como sinônimos dentro dos discursos.

⁴ Gustavo Kohler Riedel (1887-1934) doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com a tese “Novas contribuições à patogenia da epilepsia”. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria (1916); membro titular da Academia Nacional de Medicina (1917); diretor da Colônia de Psicopatas (Mulheres) de Engenho de Dentro (1918); fundador do Ambulatório Rivadavia Correia (1919) e da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (1920) e diretor oficial da Assistência a Psicopatas do Rio de Janeiro (1924) (ANM, 2020).

Renato Ferraz Kehl (1889–1978) foi uma das figuras mais emblemáticas do movimento eugenista no Brasil. Kehl fundou a *Sociedade Eugênica de São Paulo* em 1918 e o portal de publicações intitulado *Anais da Eugenia* no ano seguinte. Membro ativo da LBHM, chamava a atenção para a necessidade de práticas da *eugenia restritiva*; essa consistia na esterilização, segregação e interdição nupcial, a execução de tais métodos poderia futuramente constituir uma humanidade de “bons animais” (REIS, 1994, p. 232). Mas, segundo Reis (1994), não houve uma adesão geral dos membros para essas vertentes denominadas como “racistas ortodoxas”, pois havia nomes como Artur Ramos⁵, Juliano Moreira, Manoel Bonfim⁶ e Ulisses Pernambucano, que “[...] adotavam uma perspectiva que contrariava qualquer proposta de pureza racial” (p. 219). Porém, ainda assim, eram poucos os opositores do ideal de embranquecimento cuja orientação eugênica ditou escancaradamente os rumos da liga até os anos de 1940 quando os projetos nazifascistas disseminadores desses ideais foram derrotados na Segunda Guerra Mundial.

A expressão política e social do higienismo foi realçada ainda mais após a Era Vargas, por força da intervenção de parlamentares higienistas na Assembleia Constituinte de 1934, inaugurando um período onde as questões de higiene e da Saúde Pública passaram a ser responsabilidade do Estado. Com essa facilitação política, a LBHM passa a atuar em conjunto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais (Soares, 2007). A realização do *1º Congresso Internacional de Higiene Mental*, em 1930, procurou discutir a profilaxia da higiene mental, não se restringindo mais ao trato ambulatorial, se expandindo para demais esferas da vida e das relações sociais.

A dimensão de vigilância e disciplinarização dos corpos fazia parte da agenda da Liga e se estabeleceu no trato da infância. Os integrantes da LBHM compartilhavam do consenso de que educar era um meio eficaz para atender o que se almejava para a nação moderna do Brasil República. Diversos membros da Liga

⁵ Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu na cidade de Pilar, no ano de 1903, no Estado de Alagoas, e desde a década de 1920, principalmente a partir dos anos de 1930, destacou-se nos campos da antropologia, da psicologia social e da psicanálise no Brasil. Os seus trabalhos defendiam uma contraposição às teorias sobre a degeneração racial que a definiam como a causa central dos diversos problemas da sociedade brasileira. Em especial, durante os anos de 1930, a psicanálise, em sua perspectiva, significava a abertura para a função de educar e melhorar o que havia sido corrompido pelas condições sociais (Tamano, 2013).

⁶ Manoel Bomfim (1868-1932), médico de formação, professor catedrático de psicologia da Escola Normal do Rio de Janeiro, foi membro da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e um dos idealizadores da educação no Brasil, especialmente no que se refere a educação escolar.

vieram a ocupar cargos governamentais e/ou instituições privadas, direcionados à temática infanto-juvenil. Nomes como Olinto de Oliveira (1937), diretor da *Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância*; e Moncorvo Filho, responsável pela criação e organização do *Departamento da Criança do Brasil* (1919) e do primeiro *Congresso Brasileiro de Proteção à Infância* (1922), foram membros da Liga que se dedicaram a pesquisas sobre higiene mental na infância dentro dos aparelhos públicos.

O conceito da criança-modelo surge de um projeto de nação na Primeira República que correspondia aos anseios de um ideário de modernidade e reprodução social a partir da lógica do trabalho. O crescente processo de industrialização demandou mão de obra eficaz, forte e sadia com marcadores de ideais eugênicos para o fortalecimento do projeto de desenvolvimento da nação. A antítese desse modelo seria atrelada à “criança-problema”, “crianças excepcionais”⁷, “menores abandonados” e “pequenos vagabundos”, onde o trato da regeneração recairia aos juristas, legisladores e médicos (Moura, 2011).

Os debates em torno da proteção e saúde na infância eram recorrentes entre os intelectuais e promotores da ordem. A saúde ganha enfoque principal e se faz presente nos discursos médicos no *5º Congresso Brasileiro de Higiene*, em 1929, sediado em Recife. Dados sobre mortalidade infantil, natimortalidade, puericultura, normas para desenvolvimento saudável da família, entre outras, demonstraram o desenvolvimento de métodos pedagógicos de educação sanitária e parental. No que tange ao escopo da higiene mental, a intensificação do interesse nas correntes médica-pedagógica e psicopedagógica no começo do século XX refletiam a propagação dos ideais higienistas no Brasil (Jannuzi, 1992; Lourenço *et al*, 2017; Moura, 2011).

Segundo Foucault (*apud* Bertolini, 2018), o conceito de biopoder, ou seja, as estratégias de controle social e político através do poder governamental, são indispensáveis ao desenvolvimento capitalista, à custa de “[...] produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis” (p. 87). Salvo a questão social na infância e os projetos destinados a conduzir e orientar socialmente as crianças, sobretudo a criança pobre e abandonada, nosso enfoque seguirá na perspectiva das

⁷ O termo foi introduzido por Helena Antipoff (1965/1992) para se referir tanto às crianças com deficiência intelectual, como aquelas com distúrbios psicomotores, de linguagem ou de caráter, bem como às superdotadas.

crianças com deficiência intelectual para finalidade dos objetivos que buscaremos apresentar no decorrer do trabalho.

Seguindo adiante, observamos no discurso de Getúlio Vargas proferido em 1937 e registrado no livro *Educação nas Mensagens Presidenciais* (1987), o tema “Ensino Emendativo”, termo hoje conhecido como Educação Especial, um vislumbre de como se programou as políticas de condicionamento dessas crianças.

O ensino emendativo, de aplicação difícil e restrita, também vai receber ampliações, abrangendo os fisicamente anormais, os retardados de inteligência e os inadaptados morais. Destinados aos primeiros, já existem o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Surdos e Mudos. Em ambos se fizeram, no correr do ano passado, valiosos trabalhos de pesquisa pedagógica, cogitando-se, presentemente, de remodelar as suas instalações. Relativamente ao ensino dos anormais da inteligência, a ação do poder público se exercerá de acordo com as normas fixadas pelo Instituto Nacional de Pedagogia, em conexão com o Serviço de Assistência a Psicopatas. O ensino dos inadaptados morais está ainda a cargo do Ministério da Justiça e foi tratado no capítulo referente a esse departamento de Estados (BRASIL, 2012, p. 149).

Jannuzzi (1992) destaca que a implantação dessas medidas e delimitação dos institutos de tratamento das crianças com deficiência intelectual tinham como objetivo a correção de “falhas” dos que destoavam do ideal de “normalidade”. A vertente psicopedagógica procurou uma conceituação da “anormalidade” com diagnósticos através de escalas métricas de inteligência, destinando os considerados “educáveis” ao encaminhamento para escolas ou classes especiais.

Eram considerados “educáveis” as crianças que apresentavam QI acima de 0.60 - 0.70, ou ainda aquelas cujas avaliações médica e psicológica indicassem que “[...] teriam ganhos em frequentar uma classe especial” (Lourenço, 2017, p.3).

É válido ressaltar que poucas crianças tiveram acesso pleno aos serviços, restando às demais o assistencialismo religioso nas Casas de Misericórdia, reclusão nos asilos ou a serviços prestados por instituições privadas.

O primeiro serviço organizado com enfoque em crianças com deficiência no Brasil república data da primeira década do século XX, com a criação do Pavilhão de Bourneville no *Hospital Nacional de Alienados*, no Rio de Janeiro. Outras instituições de caráter filantrópico, mas que logo receberiam incentivos do Estado, tanto em âmbito federal como estadual e municipal, irão manifestar-se no ideário brasileiro na década seguinte, como é o exemplo da instituição *Pestalozzi*, fundada no Rio

Grande do Sul em 1926, com a atuação presente de Helena Antipoff⁸, uma das patronas no estudo da educação especial. Com a direção de Antipoff (1965-1992), foram criados programas como: *Granja-Escola*, que estimulava atividades rurais, trabalhos artesanais, oficinas e promoção de cursos de qualificação profissional às crianças, além de cursos educativos e de qualificação acerca da “anormalidade infantil” aos pais e professores do Instituto (Oliveira, 2016).

A atuação e estudos desenvolvidos por Antipoff (1965-1992) não se restringiram apenas ao Instituto Pestalozzi, logo surgiram outras instituições, como o *Colégio Santo dos Anjos*, em Santa Catarina; a *Escola Especial Ulisses Pernambucano*, em Recife; e os *Serviço de Ortofrenia* e *Clínica Eufrania* criados pela *Liga Brasileira de Higiene Mental*, que se utilizaram de modelos similares no atendimento às crianças com deficiência intelectual e suas famílias.

Outras figuras, como o médico Henrique Roxo (1877-1969)⁹ e o educador Anísio Teixeira (1900-1971)¹⁰, perceberam a importância das ações de “profilaxia mental” nos primeiros anos de vida do indivíduo, logo, as escolas seriam o caminho mais rápido para se ter acesso ao maior número possível de crianças.

Inúmeros estudos de normas de desenvolvimento mental, exames e inquéritos que traçaram a personalidade e características intelectuais foram aplicados em escolas públicas, utilizados essencialmente como instrumentos de racionalização da prática educativa.

⁸ Helena Antipoff (1892-1974), educadora e psicóloga russa, formada em Ciências da Educação no Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra, veio para o Brasil em 1929 a convite do governo do estado de Minas Gerais, para lecionar Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais. Fundou em Belo Horizonte o 1º Laboratório de Psicologia Aplicada na América do Sul. Esse Laboratório, sob sua direção, promoveu a organização das classes nos grupos escolares de Belo Horizonte e em diversos outros grupos no interior do Estado, de acordo com o critério do desenvolvimento mental, da idade cronológica e da escolaridade. Ficou reconhecida no país, sobretudo, por sua atuação na e pela educação das crianças com deficiência intelectual.

⁹ Henrique Britto de Belford Roxo formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901. Foi catedrático de clínica psiquiátrica (1921), diretor do Instituto de Neuropatologia e membro de inúmeras instituições médicas, nacionais e estrangeiras. Realizou diversos estudos na área de neuropsiquiatria e neurologia.

¹⁰ Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. No auge do debate sobre a universalização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, na década de 1930, Anísio Teixeira foi destacado como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1947, ele foi nomeado Secretário de Educação da Bahia e criou em Salvador a Escola Parque, projeto pioneiro na criação da educação integral. Em 1951, Teixeira foi Secretário-Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No ano seguinte, assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Trabalhou também na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no final da década de 1950 (Higa, 2020).

O “atraso mental” tem seu conceito expresso por Bourneville como “[...] a parada do desenvolvimento, congênita ou superveniente, das faculdades intelectuais, morais e afetivas, acompanhadas ou não de perturbações ou prevenção dos instintos” (Magalhaes, 1913, p.23 *apud* Jannuzzi, 1992, 44). Para Arthur Ramos (1959), as crianças que desviassem do ideal de normalidade socialmente estabelecido deveriam ser segregadas a classes especiais ou escolas específicas, até que fosse possível sua reintegração a classes normais.

A centralidade da família também foi ressaltada nas intervenções, a LBHM avaliava as famílias como despreparadas para educar, e tomou para si a responsabilidade de instruí-las (Tamano, 2022).

A *Clínica de Eufrenia*, criada em 1931 no Rio de Janeiro, foi um dos instrumentos usados para qualificação desses familiares, e tratamento das crianças. A composição de funcionários era formada por uma psicóloga chefe, um psicobiologista, dois auxiliares acadêmicos e duas visitadoras domiciliares. O trabalho na clínica envolvia um processo de observação, exames clínicos, teste, análise, diagnóstico e terapia, divididos em três etapas que seguiam exatos três serviços técnicos: Serviço Social, Serviço Psicológico e Serviço Clínico. Havia duas fases de trabalho: uma de inquéritos e estudos, e outra de aplicações práticas. Quando a criança era matriculada, no ambulatório iniciava-se o processo com o neuro-higienista. Esse, por sua vez, encarregava as visitadoras de realizar um inquérito domiciliar ou escolar, objetivando colher os dados mais importantes da vida da criança e do seu ambiente doméstico, “[...] sendo uma extensão da escola no lar” (Tamano, 2022, p. 156).

O *Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental* (SOHM), também criação da LBHM, funcionou no Rio de Janeiro, no período de 1934 a 1939, coordenado por Arthur Ramos, e era vinculado ao *Instituto de Pesquisas Educacionais*. O serviço atuou em escolas experimentais aplicando testes de inteligência para classificação dos alunos em classes especiais, preparava fichas individuais para controle da frequência escolar e registro de informações relativas às condições biológicas e sociais de cada estudante, elaboradas por médicos psiquiatras e visitadoras sociais. Outras tarefas executadas pelo SOHM foi a oferta de os cursos às professoras da educação primária, tanto nas escolas normais, para facilitar a observação dos alunos que poderiam ter algum tipo de “anormalidade”, quanto para especialização para

trabalhar junto às classes e escolas de educação especial; criação de clínicas de hábito; realização dos círculos de pais, de exames médicos e de conferências públicas. Tanto a CE como o SOHM tinham um perfil intervencionista, e enxergavam a criança como um adulto a ser ajustado para o amanhã visando o progresso da nação.

Como pode ser evidenciado, médicos psiquiatras, criminalistas, educadores sociais, entre outros, obedeceram à ordem político-administrativa, organizando os estudos científicos estritos a um biologismo organicista a partir da ótica de poder, a incorporação das teorias como eugenia e higiene mental foram de grande importância para operacionalidade dessas políticas. A ideologia vigente nas clínicas de orientação infantil era a da adaptação da criança ao social, ou seja, era necessário corrigir e prevenir comportamentos “desajustados”. Os pais seriam os grandes responsáveis pela “neurose” dos filhos. Assim, se eles não tinham capacidade pedagógica para educar bem seus filhos, cabia aos especialistas da higiene mental escolar colaborar para o bom desenvolvimento psicológico da criança, sobretudo na conjuntura social que se cobrava cada vez mais organização racional e técnica. A ideia das intervenções veria na reformação moral e educacional o potencial de impulsionar as crianças a se tornarem adultos psicologicamente aptos a corresponderem aos anseios de uma sociedade baseada na lógica de reprodução da força de trabalho.

2.2. O surgimento do Serviço Social no Brasil e sua relação com o higienismo

O Serviço Social aparece como profissão no processo de desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana marcada pela transição de uma economia agrícola-exportadora para uma economia urbano-industrial. As consequências imediatas da instauração do modo de produção capitalista resultaram no acirramento da questão social, a qual justifica e legitima a profissão, que passou a “situar-se no processo de reprodução das relações sociais, [...] no exercício do controle social e na difusão da ideologia de classe dominante junto à classe trabalhadora” (Iamamoto; Carvalho 2014, p. 101).

Com o reconhecimento da questão social, foram postas as condições para o surgimento da profissão no Brasil. A introdução das políticas sociais no contexto brasileiro esteve intrinsecamente ligada à mistificação da exploração da força de trabalho, iniciada em setores agroexportadores, e em seguida abrangendo outras atividades assalariadas urbanas, incorporando reivindicações históricas da classe operária como condições de vida digna, acesso à saúde, educação, habitação, a cultura entre outros. Em meio a um contexto marcado por grande efervescência política, econômica, cultural e social, as instituições atuaram na construção de um brasileiro sadio físico e mentalmente. Com Vargas, o ideal de um Brasil moderno se tornava programa de governo, envolto por um nacionalismo e a valorização do trabalho e do trabalhador para obtenção de uma sociedade fraterna (Iamamoto; Carvalho, 2014).

O Serviço Social é demandado, nesse contexto, organizando-se em instituições da sociedade, na perspectiva de ajudar e assistir o “necessitado”, o “deficiente” e o “desajustado” socialmente. Lima (1983) ressalta que o objetivo implícito era “controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional” (p. 50).

Será na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à questão social. Assim, a institucionalização do Serviço Social no Brasil foi feita de forma interligada às atividades e à doutrina social da Igreja Católica, com o respaldo do Estado brasileiro. (Yazbek, 2009; Iamamoto; Carvalho, 1994).

A partir dessa relação, a família irá assumir a centralidade nas políticas sociais na perspectiva do trabalho social. As famílias pobres serão vistas como desestruturadas e incapazes, sendo objeto de intervenção com dimensões disciplinadoras e individualizantes. A profissão se valerá de educação religiosa e pedagógica, exaltando preceitos morais e ensinamentos de trabalho doméstico, como ações que serão dirigidas especialmente às mulheres mães, proletárias e aos seus filhos, o que nos faz enxergar o foco no público e nas práticas similares aos já supracitados higienistas.

Os estudos desenvolvidos por Vasconcelos (2000) buscaram demonstrar a intrínseca relação entre o surgimento do Serviço Social no Brasil e o higienismo. O

autor ressalta que, conforme a revisão dos currículos de formação das escolas de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro, inspirados diretamente no Serviço Social belga e francês, é possível constatar a presença do conservadorismo higienista em disciplinas identificadas como *plataformas higienista* como a higiene geral, higiene mental, higiene do trabalho, higiene escolar e puericultura.

[...] abriu um espaço para uma formação higienista explícita e direta no currículo de suas escolas, através de um forte conjunto de disciplinas do curso de graduação que apresenta clara correlação com parte significativa da plataforma higienista, conteúdo esse que é integrado de forma complementar e/ou subordinada à abordagem doutrinária católica na escola paulistana. Em outros casos, como na primeira escola do Rio de Janeiro, o conteúdo doutrinário católico simplesmente não foi incluído, restando um conteúdo nitidamente médico. Essas disciplinas higienistas vão se manter nos currículos das escolas cariocas e fluminenses até a mudança curricular feita pelo Conselho Federal de Educação de 1970 (p.151).

Vasconcelos (2000) aponta que a herança do movimento de higiene mental foi oriunda da experiência das três vertentes estrangeiras no Serviço Social brasileiro, sendo elas o Serviço Social belga, francês e norte-americano. A vertente belga tem sua ênfase profissional na função de mecanismos de normatização dos indivíduos, a francesa apareceria como fortalecimento dos laços familiares e a norte-americana com práticas do *aftercare*¹¹ (cuidados pós-hospitalares), que nos Estados Unidos mobilizaram os trabalhadores sociais a coletar dados sociais, econômicos, hereditários, físicos, familiares, mentais, e emocionais dos pacientes, estabelecendo-se como o método do *Serviço Social psiquiátrico*.

Nos Estados Unidos, o movimento de higiene mental ficou em evidência pela publicação do livro *A mente que encontrou a si mesma*, de Clifford W. Beers¹². Beers foi paciente do psiquiatra Adolf Meyer e juntos fundaram a *Connecticut Society for Mental Hygiene* em 1908, com o objetivo de promover a saúde mental e combater o tratamento degradante aos doentes mentais. No ano seguinte, foi criado o *Comitê Nacional de Higiene Mental* em Nova York que inaugurou os chamados serviços abertos, ambulatórios psiquiátricos e os serviços sociais, expandindo a campanha

¹¹ "As experiências dos estudos adotados por Adolf Meyer, diretor do Pathological Institute, relacionam o meio ambiente do paciente na compreensão e possível superação da doença mental. Os profissionais trabalhavam na coleta de dados sociais, econômicos, hereditários, físicos, familiares, mentais e emocionais dos pacientes" (Vasconcelos, 2000).

¹² Clifford Whittingham Beers nasceu em New Haven, Connecticut, em 1876. No período em que estudava na Universidade de Yale, começou a desenvolver depressão e alucinação e tentou o suicídio em diversas ocasiões. Por decisão de sua família, Beers foi hospitalizado entre 1900 e 1904 em três instituições diferentes: Stamford Hall, The Hartford Retreat e The Connecticut State Hospital.

pelo resto do país. Em 1918 foi aberta a primeira clínica de hábitos em Boston, voltada a reeducação e a formação de hábitos sadios em crianças. A campanha se desenvolveu e logo se criaram organizações de higiene mental no mundo todo. Dentre elas, destaca-se a *Liga Francesa de Higiene e Profilaxia Mental*, criada em 1921 e, em 1923, a *Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)*, sediada no Rio de Janeiro (Vasconcelos, 2000; Silva, 2003).

O Serviço Social inscreveu sua prática como uma relação que vai buscar “promover, prevenir e curar os problemas sociais de todos os aspectos de adaptação social” (Almeida, 1983, p. 76 *apud* Machado, 2015, p.213).

Os rebatimentos da influência norte-americana na realidade brasileira 1940 não significou uma ruptura da influência doutrinária católica. A incorporação dos métodos de Serviço Social Clínico, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade, a criação de *Centros de Orientação Infantil* e os *Centros de Orientação Juvenil (COI/COJ)*, guiados pelas práticas desenvolvidas nos serviços da CE e SOHM, com estratégias de diagnóstico e tratamento de “crianças problemas”, além do desenvolvimento de educação higiênica nas escolas e no meio familiar foram ocorrências que influenciaram uma prática profissional conservadora na reprodução do trato individualista, adaptativo e normatizador dos indivíduos, cooperando com as estratégias traçadas pelo Estado, elites empresariais e médicas para uma readequação à vida familiar/social e na produção de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente aos estágios do desenvolvimento capitalista.

2.3 Ulisses Pernambucano e os Serviços de Higiene Mental em Pernambuco

Ulisses Pernambucano é reverenciado como expoente máximo da psiquiatria pernambucana nas décadas de 1920 a 1930, por induzir a execução de uma prática da psiquiatria social progressista. Sob a perspectiva da Higiene Mental, colocou em funcionamento a prática de assistência psiquiátrica semelhante a já executada pelo seu mentor Juliano Moreira (Correia, 2020).

Pernambucano em plena atuação na cidade do Recife foi idealizador da reforma na *Assistência aos Psicopatas* em 1930, onde possibilitou a criação de

novas instituições psiquiátricas e serviços, dentre eles, ambulatórios, colônias agrícolas, hospital aberto, manicômio judiciário, além de promover a segunda Reforma Psiquiátrica de Pernambuco (1931- 1935). Na sua gestão como diretor do *Hospital Psiquiátrico da Tamarineira* (1925-1930) promoveu significativas mudanças institucionais como o fim do tratamento de choque, das camisas de força, do confinamento em celas solitárias, entre outros métodos punitivos no trato dos pacientes.

A trajetória educacional de Ulisses Pernambucano começa a partir da sua atuação enquanto diretor da *Escola Normal de Pernambuco* (1923 -1927), essa escola era destinada a formação de professoras primárias. Inspirado pelo movimento da Escola Nova¹³, pôs fim aos métodos coercitivos de castigo físico, como exemplo: as palmatórias. O psiquiatra também se utilizou de métodos de pesquisa para conhecer os alunos "problemáticos", com a coleta de dados sobre peso, altura, condições físicas, condições de transporte, alimentação e renda. Todas as candidatas à admissão na Escola Normal de Recife passaram por testes de Quociente de Inteligência (Q.I) e Idade Mental (I.M), esses critérios definiriam a admissão ou exclusão ao ingresso escolar. Anteriormente, a admissão se dava por critérios de amizade ou apadrinhamento dentro da instituição. Os testes anteriormente citados foram utilizados posteriormente a identificação de crianças "anormais" ou que apresentassem alguma "anormalidade". Pernambucano, enquanto diretor da Escola Normal de Recife, criou a assistência escolar, que abrangia serviços como a caixa escolar, merenda, clínica dentária e visitas domiciliares, podendo ser entendida como uma tentativa de expansão dos serviços sociais, pioneiros em Pernambuco (Vicentini, 2018).

Em 1925, Pernambucano criou a *Escola para Crianças Anormais*, reivindicada como a primeira do gênero no Brasil (Barreto, 1978 *apud* Vicentini, 2018), porém não foi possível dar início as suas atividades pois foi constatado a insuficiência de testes psicológicos para a averiguação da "anormalidade" nas crianças.

¹³ De acordo com Jannuzzi (1992) o movimento da Escola Nova iniciado na década de 1920 buscava princípios de solidariedade e direitos iguais. Apesar da diminuição das desigualdades promovidas por esse movimento, sua influência sobre a educação especial se deu numa perspectiva excludente. O estudo de diferenças entre os alunos justificou a segregação daqueles que não conseguissem acompanhar as classes normais.

Adiante, com criação do *Instituto de Psicologia* Ulisses busca suprir as necessidades dos devidos estudos. O Instituto expandiu-se ao auxílio aos professores da escola Normal de Recife e de outras instituições particulares do estado no desenvolvimento e aplicação de diversos testes psicotécnicos com objetivo de diagnosticar a “anormalidade” mental. O Instituto integrou a grande rede criada por Pernambucano em conjunto com o *Serviço Aberto, Hospital de Alienados, Manicômio Judiciário* e serviços médicos externos, estando conectadas sobretudo às demandas dos estudos sobre as crianças com deficiência intelectual (Correia, 2020).

Em 1941, no governo de Agamenon Magalhães, foi inaugurada a primeira instituição pública de Pernambuco voltada as crianças com deficiência intelectual, a *Escola Aires Gama*. Em 1947, pouco mais de três anos após a morte de Ulisses Pernambucano, a escola foi batizada com o seu nome, e assim permanece até os dias atuais. Desde o início das atividades a Escola foi dirigida por Anita Paes Barreto (1942–1957), psicopedagoga, fiel amiga de Pernambucano e professora da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Anita foi ex-aluna de Ulisses Pernambucano na Escola Normal de Recife, e convidada pelo psiquiatra para integrar sua equipe no *Instituto de Psicologia*. Entre os anos de 1925 a 1935 ela coordenou e participou da realização de estudos pioneiros em Recife no campo da Psicologia Aplicada. Entre eles, pesquisas como a *Revisão Pernambucana do Teste de Binet-Simon-Terman*, cujos resultados serviram para a determinação de Q.I e I.M, sendo o principal teste utilizado para o ingresso das crianças com deficiência intelectual na Escola Especial Ulisses Pernambucano (EEUP).

Ulisses foi fundador e diretor da *Liga de Higiene Mental de Pernambuco (LHM)*. O *Serviço de Higiene Mental* era o setor de divulgação dos estudos promovidos pela LHM, tendo como objetivo educar a população na prevenção das doenças mentais. Pernambucano e seus colaboradores organizaram um pequeno periódico, chamado *Boletim de Higiene Mental*, entregue gratuitamente à população. Caberia também ao SHM organizar estatísticas referentes a todos os outros serviços da *Assistência a Psicopatas*, no intuito de descobrir as doenças mais frequentes na população pernambucana e suas causas.

O SHM promoveu uma fusão dos profissionais da pedagogia, psicologia, sociologia e estatística. Concomitantemente, organizou um grupo de visitadoras

sociais para acompanhar periodicamente as famílias dos pacientes que recebiam alta do *Hospital da Tamarineira* ou que estivessem sendo atendidos no *Serviço Aberto*, buscando educá-los ao convívio harmonioso com o paciente dentro do ambiente familiar. Outras atividades desenvolvidas na atuação dos membros do SHM, através da LHM, foram o combate ao “excesso de ruídos na cidade, campanhas contra sífilis, contra o alcoolismo, pesquisas de campo sobre religiões de matriz africana nos terreiros de Xangô do Recife entre outros” (Domingues e Campos, 2016, p. 4).

O professor José Lucena, psiquiatra, professor da Escola de Serviço Social de Pernambuco, membro da Liga e auxiliar de Ulisses Pernambucano, comentando acerca do Serviço de Higiene Mental, afirma:

O Serviço de Higiene Mental, ao qual competem tarefas múltiplas de divulgação, estatística e Serviço Social, representa no panorama da assistência psiquiátrica nacional, a realização mais avançada. Foi das mais felizes, sua decisão (de Ulysses) de dedicá-lo exclusivamente a fazer higiene psíquica cabendo aos outros departamentos os encargos puramente de medicina mental, tão absorventes. Pôde assim o novo serviço se consagrar inteiramente à investigação daquelas condições psicológicas, sociais, ecológicas de tão grande importância no aparecimento e desenvolvimento dos transtornos mentais. Aí, como em vários outros aspectos, o professor Ulysses se antecipava às melhores organizações nacionais. (Lucena, 1945 *apud* Nascimento, 2007, p. 60).

O SHM, assim como os demais serviços criados e presididos por Pernambucano, tinha como objetivo principal a profilaxia das doenças mentais sob a perspectiva interdisciplinar. Nas palavras do presidente da LHM, o Juiz dr. Rodolfo Aureliano, a LHM surgiu “em torno da iniciativa de médicos, psicólogos, sociólogos, criminalistas e estudiosos dos problemas sociais, despertando em todos os interesses pelo estudo de vários fatores não só de doenças mentais como de desajustamentos sociais” (Aureliano, 1945, p.250 *apud* Vicentini, 2018 p. 76).

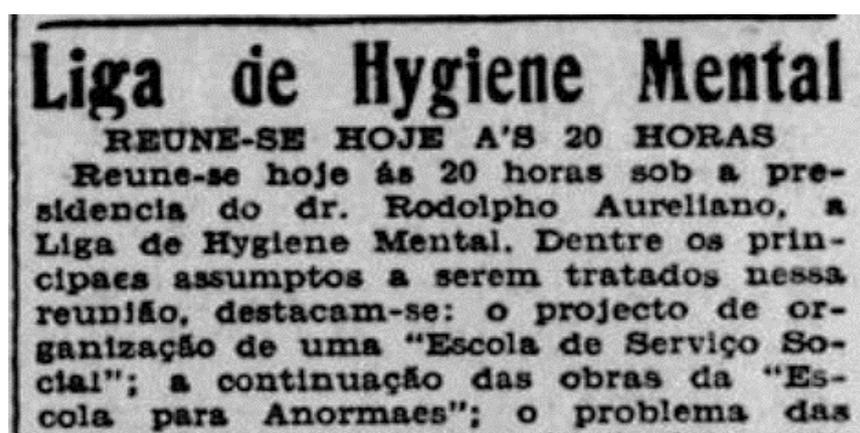
De acordo com Miranda (2008), o Serviço Social dentro do SHM desenvolvia nas atividades de acompanhamento dos pacientes nas visitas domiciliares, promovendo ações educativas de higiene e conduta moral. A partir dessa aproximação, organizava-se fichas sociais e relatórios de observação do paciente e de suas famílias, esses instrumentais auxiliavam posteriormente os estudos feitos pelos médicos psiquiatras de quaisquer “anormalidades” e/ou outros procedimentos que poderiam vir a ser adotados no tratamento continuado.

Em 1936, Ulysses Pernambucano escreve para o *Boletim de Higiene Mental* expondo a necessidade da fundação da Escola de Serviço Social em Pernambuco, para preencher as lacunas dos serviços de assistência social no estado.

Pernambuco dispõe de uma modelar assistência hospitalar ao lado de um número não menor de instituições de beneficência. Sente-se, entretanto, a falta de assistentes sociais entre nós. Os serviços que dispõe dessas inestimáveis auxiliares são obrigados a descobrir as vocações e a preparar tecnicamente seu pessoal auxiliar por meio de cursos (é o caso do serviço de higiene mental da assistência a psicopatas), ou a lançar mão de enfermeiras visitadoras diplomadas no sul do país. É desnecessário apontar os inconvenientes em que isso importa. A fundação de uma escola de Serviço Social entre nós viria, pois, obviar inconvenientes e preencher uma lacuna dos nossos serviços de Assistência Social (Pernambucano, 1936 *apud* Costa, 1949, p.2).

Ao longo desse capítulo, evidenciamos que, no caso pernambucano, o cargo de visitadoras sociais passa a ser ocupado e desenvolvido por profissionais do Serviço Social, os primeiros espaços sócio-ocupacionais foram situados no campo da saúde mental. A demanda por profissionais nos serviços centrados no trato da higiene mental vai propiciar a fundação da Escola de Serviço Social em Pernambuco, como demonstra a matéria abaixo, a pauta da fundação da escola em Pernambuco já vinha sendo debatidos no ano de 1938

Figura 1 - Reunião da Liga de Higiene Mental de Pernambuco, 1938



Fonte: MEHSSPE (2020)

O movimento de higiene mental demandou uma qualificação profissional do Serviço Social como um técnico social necessário para o "ajustamento" moral, social e psíquico dos indivíduos. A influência desse movimento, em conjunto com a ação

doutrinária católica, ditará os rumos que a profissão vai desenvolver no estado, a seguir veremos como se deu a constituição da primeira Escola de Serviço Social em Pernambuco.

2.4 Escola de Serviço Social de Pernambuco

O legado de Ulisses Pernambucano foi continuado por figuras ilustres que foram seus ex-alunos e/ou membros da LHM, esses parceiros de longa data do psiquiatra foram membros fundadores e primeiros professores da Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE), consolidando Pernambuco como terceiro estado a ter uma instituição de ensino do Serviço Social no Brasil.

O Juiz Dr. Rodolfo Aureliano, atuante no Juizado de Menores e ex-aluno de Ulisses Pernambucano, foi membro fundador da *Liga de Higiene Mental*, e se tornou seu presidente no ano de 1937. A aproximação de Pernambucano e Aureliano se deu em decorrência dos estudos elaborados das temáticas associadas aos “menores delinquentes”¹⁴ e “abandonados” (Ribeiro, 1990).

Rene Ribeiro¹⁵ também foi um dos discípulos de Pernambucano e membro do *Serviço de Higiene Mental*, e futuro professor da ESSPE, assim como José Lucena, chefe do SHM. Juntos, escreveram o artigo intitulado *Inquérito sobre as instalações e métodos educativos nos orfanatos do Recife*. A pesquisa teve apoio do Juizado de Menores e foi incentivada pela LHM para a investigações sobre as estruturas físicas, condições higiênicas e métodos pedagógicos em vigor nos orfanatos do Recife.

¹⁴ Os termos “criança” e “menor”, utilizados no início do século XX, carregavam consigo diferentes significados. Enquanto o primeiro denota a infância boa, que goza da proteção da família, o segundo remetia à infância ruim, dos pobres moradores de rua, que já tinham seu destino traçado antes mesmo de vivenciá-lo (Rodrigues, 2001)

¹⁵ Graduou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Recife, em 1936. Foi professor da ESSPE em 1940. Em 1947, recebeu o título de mestre em Antropologia pela Northwestern University, USA, com a tese: *The AfroBrazilian cult-groups of Recife, a study in social adjustment*. Diretor do Departamento de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco. Sete anos depois, tornou-se Professor Titular de Etnografia do Brasil na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, onde ajudou a criar a Pós-graduação em Antropologia. Antes disso, esteve à frente dos estudos sobre relações raciais brasileiras da UNESCO, em Pernambuco entre os anos de 1951 e 1952.

Ribeiro e Lucena apresentaram o artigo na *I Conferência Interamericana de Higiene Mental* de 1935 sediada no Rio de Janeiro. No mesmo evento, como membros do SHM reivindicavam ao poder público a criação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil (Vicentini, 2018).

Na realidade pernambucana, a escassez de trabalho assalariado, violência urbana, habitações insalubres e falta de saneamento básico eram questões latentes no cotidiano das classes subalternas pernambucanas, em 1938. Os grandes fluxos migratórios, campanhas contra os mocambos, “[...] miséria, e o pauperismo do proletariado urbano aparecerão como situação patológica, cuja origem é encontrada na formação moral” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 245).

Agamenon Magalhães, em seu mandato que vai de 1937 a 1945, orquestrou uma série de ações para o desmonte das estruturas administrativas para controle do Estado de Pernambuco. O Interventor estabeleceu um controle dos movimentos sindicais do estado, cooptando e perseguindo grupos fundamentais, tais como, de transporte público, ferroviários, trabalhadores de usinas, entre outros (Padilha, 2008; Silveira Jr., 2019).

Agamenon Magalhães investiu fortemente para mediar e mitigar os conflitos de classe na sociedade pernambucana, utilizando o Serviço Social como instrumento de conservação do sistema. Uma das principais movimentações foi para promoção na realização da *III Semana de Ação Social*, sediada em Recife no ano de 1939. O grupo de “Ação Social Católica”, nas duas últimas edições da Semana de Ação Social realizadas no Rio de Janeiro promoveu estudos sobre a questão operária; estatísticas salariais entre trabalhadores rurais e urbanos; questão sindical; legislação de proteção ao trabalhador, sobretudo no que tange às mulheres e às crianças; habitações baratas; criação de secretariados sociais e obras familiares como foi o exemplo do “Associação Lar Proletário”. Em Recife, para a preparação e execução desse evento, o grupo criou uma pesquisa intitulada “inquérito preliminar” que abordava 3 principais temas, sendo eles, *Família, Instrução e Habitação*. O inquérito foi aplicado nos bairros operários da capital pernambucana. De acordo com os resultados, a melhoria das condições da vida financeira e espiritual das classes desfavorecidas com aplicação dos princípios de justiça e solidariedade elevariam os níveis sociais das condições intelectuais e morais dessa classe, podendo se alcançar resultados concretos da ânsia pelo progresso do país.

O grupo que contava com Rodolfo Aureliano, Rene Ribeiro, Souza Barros, Luiz Delgado, José Lucena, e José Césio Regueira Costa, atuou como figuras centrais, e como consequência temos a criação da primeira Escola de Serviço Social de Pernambuco como pode ser visualizado no recorte de jornal que tivemos acesso a partir do acervo documental sobre a Escola de Serviço Social de Pernambuco que se encontra no site do MEHSSPE, a matéria publicada no Diário de Pernambuco, no ano de 1939 ilustra bem o que estamos apresentando

Figura 2 - Comunicado do Juizado de Menores a respeito do impacto da III Semana de Ação Social na fundação da Escola de Serviço Social em Pernambuco, 1939

SERVIÇO SOCIAL E ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL

PELA NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE BONS ASSISTENTES — O CAMPO DE TRABALHO QUE OFFERECE PERNAMBUCO

Comunicado do Juizado de Menores:

"O estudo da sociedade moderna especialmente realizado pelos sociólogos, permitiu que se verificasse um profundo desequilíbrio entre a infraestrutura da sociedade actual (a sua organização material, baseada sobre os progressos das sciencias, do bem estar, da civilização em geral) e a sua superestrutura (os seus princípios, tradições, moralidade, leis e instituições). Nasceu dessa comprovação o conceito de **desajustamento**, isto é, a falta de harmonia, de equilíbrio entre os diversos elementos que constituem uma comunidade ou a deficiência de um adequado e conveniente ajustamento entre os padrões ou systema organizado de vida colectiva e as condições mutáveis do momento. Os desajustamentos podem existir tanto para determinados membros individuais de uma comunidade, quanto para grupos de indivíduos. O essencial da **contingência do desajustamento** é que aquellos não se conformem satisfatoriamente (mesmo que se trate de um phenomeno independente de sua vontade) com as exigencias da communhão. Por outro lado, já se emprestou bastante enfase ao facto de perigar a estabilidade da estrutura social desde que numa comunidade sejam numerosos os grupos de indivíduos desajustados.

Exemplificando, para melhor compreensão, constituem desajustamentos a doença, a velhice, a invalidez, a delinquencia, o pauperismo, etc. A existencia de indivíduos ou grupos numerosos nessas condições, constitui ainda uma sobrecarga para a sociedade (pelos encargos com sua assistência ou repressão que recaem sobre os demais membros) e já se viu anteriormente, também em ameaça à estabilidade da mesma.

A necessidade de se corrigir os desajustamentos sociais motivou a criação e ampliação das instituições officiaes e particulares de assistência social, isto é, organizações que provêm pelos meios ao seu alcance a correção dos desajustamentos sociais e prevenção das causas responsáveis por esse phenomeno pathologico da sociedade. A actividade principalmente desenvolvida por taes organismos se exerce através o trabalho de auxiliares especializados — **os assistentes ou trabalhadores sociais** — que se encarregam de estudar as condições dos indivíduos desajustados, despiatar os factores responsáveis no caso e remediar a situação creada para o individuo e para a sociedade pelo problema em foco. É a esse trabalho que se chama communmente **therapeutica social**.

Acontece que para o desempenho das missões que lhe forem confiadas, necessita a assistente social de um preparo especializado, do conhecimento aprofundado da estrutura da sociedade das condições sociais ditas normaes dos recursos da mesma, afim de poder bem fi-

zar o problema proposto e encarar com acerto as soluções que se impõem. Isso, porque o Serviço Social se propõe resoluções globaes dos problemas, não lançando mão de paliativos ou soluções incompletas.

Necessitando a assistente social desses requisitos, o seu preparo profissional tem que abranger o conhecimento de innumeras disciplinas, intimamente relacionadas com suas tarefas futuras: sociologia, economia politica, administração publica, legislação do trabalho, pedagogia social, rçoões de direito constitucional, administrativo e penal, estatística, religião, nutrição e dietetica, organização e methodologia do serviço social, hygiene mental, moral profissional, etc. São essas as disciplinas que compõem os cursos regulares ministrados pela Escola de Serviço Social.

Esses estabelecimentos, em sua grande maioria, dividem o curso em três annos, sendo dois para aquisição de conhecimentos technicos e um para estagio em instituições de assistência social onde possa o aluno entrar em contacto directo com os problemas, analysar casos individuais, enfim, adquirir a pratica necessaria ao desempenho futuro de suas actividades. Esse ultimo anno, constitue também uma oportunidade para a especialização do aluno num dos diversos ramos do serviço social (assistente social de instituição hospitalares, assistente social junto á industria, assistente social da obra de prevenção e correção da delinquencia, etc.)

No Brasil existem apenas duas escolas de serviço social: a Escola de Serviço Social de S. Paulo e o Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro. A falta de uma instituição identica motivou o apello, sempre que se necessitava de equipes de trabalhadores sociais, á realização de cursos para preparo de candidatos a taes funcções. Foi o que se deu com a Assistência a Psychopaths por occasião do preenchimento das vagas de assistentes sociais do Serviço de Hygiene Mental e com o Juizado de Menores, para o preenchimento de identicas vagas na Clinica de Conducta Infantil.

Ha pouco tempo, por occasião da realização do inquerito entre as classes trabalhadoras do Recife promovido pelos organizadores da III Semana de Ação Social, sentiu-se a falta de auxiliares com conhecimentos especializados que pudessem proceder as visitas domiciliares e preenchimento dos questionarios. Tiveram que realizar tal tarefa os proprios organizadores da semana auxiliados por funcionarios do Juizado de Menores, da Directoria Geral de Estatística e estudantes de nossas escolas superiores que se promptificaram a colaborar.

Nos Estados Unidos, principalmente, em países europeus e ultimamente em S. Paulo, inqueritos dessa ordem e outros que interessam por exemplo a industria e até as organi-

zações officiaes, são realizados por assistentes sociais especializados e familiarizados com os problemas vizados pelos inqueritos.

Dessa forma se obtém uma segurança e garantia de idoneidade dos dados colhidos de tal ordem que permita a adopção de medidas exactamente de accordo com a importancia e vulto dos problemas que se quiz estudar.

O ultimo ponto abordado mostra um aspecto da vida profissional dos assistentes sociais que não occupam cargos em instituições officiaes ou particulares, mas que se reúnem e fundam Agencias de Serviço Social para attender ás solicitações de particulares ou instituições que necessitam temporariamente de sua colaboração para estudar problemas muito vastos ou de premente solução.

Agora, com a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, vamos ter, em breve tempo, equipes de assistentes sociais perfeitamente aptas a realizar as mais diversas tarefas (junto a instituições de beneficencia social, institutos hospitalares, organizações industriales, departamentos technicos da administração publica, etc.) porque o nosso Estado é um campo vasto onde se realiza um trabalho social immenso).

A matéria acima nos mostra que os profissionais do Serviço Social serão requeridos como profissão complementar ao trabalho exercido pelos juristas e médicos na III Semana de Ação Social, com ênfase na metodologia e no trato dos desajustamentos sociais, morais e econômicos para o exercício de práticas de cunho educativo e investigativo, de pesquisa e classificação de “anormalidade” dos comportamentos desviantes, para além das agências e instituições filantrópicas particulares, passando a atuar dentro de serviços públicos das esferas governamentais.

Em 1938, anexado ao Juizado de Menores do Recife foi iniciado um Curso de Serviço Social de curta duração. O curso foi ministrado aos funcionários do próprio Juizado e posteriormente auxiliou na preparação dos candidatos ao exame de admissão da futura Escola de Serviço Social no estado. Em 1941, com o Ato nº 158, foi reconhecida a Escola de Serviço Social de Pernambuco.

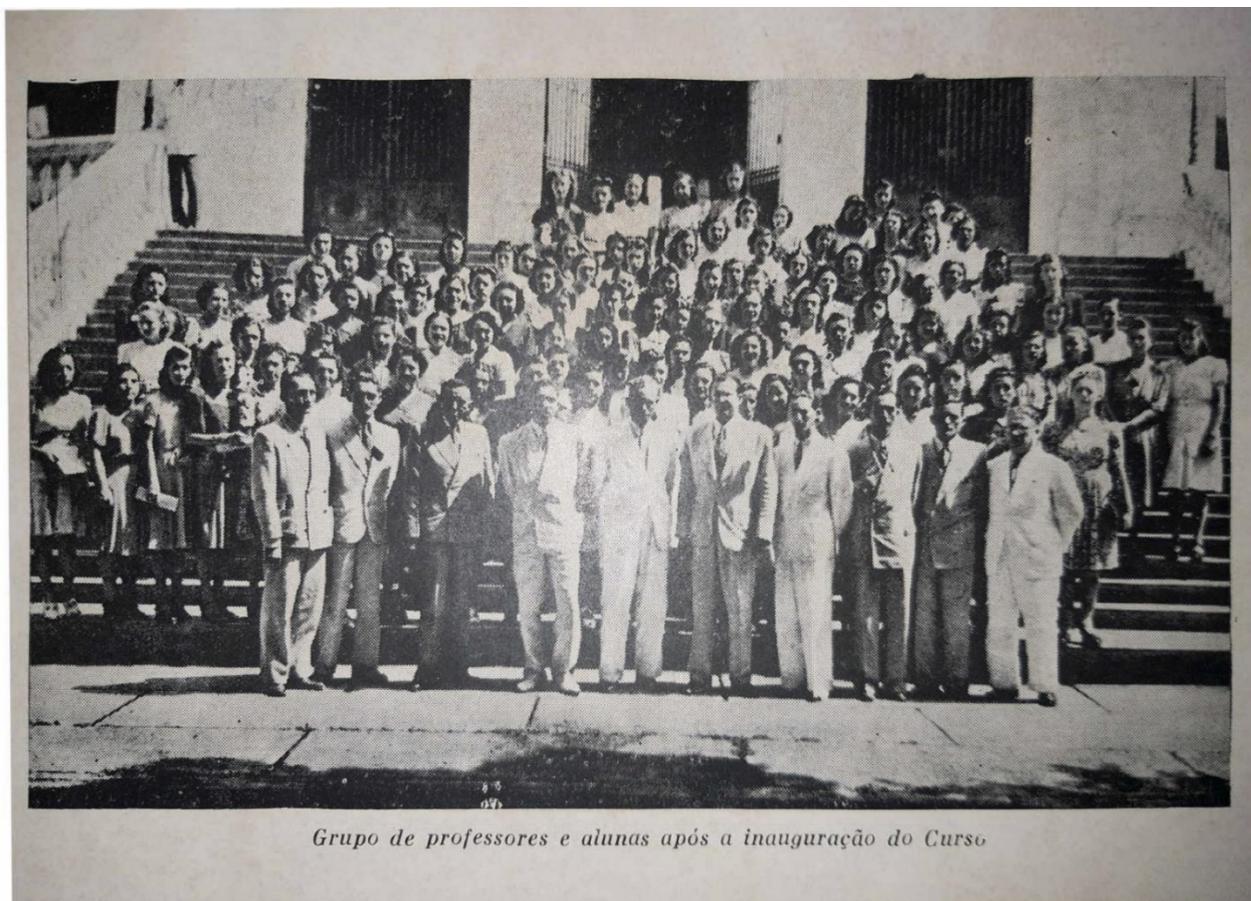
A Escola adotou orientações humanistas idealistas-cristãs da Doutrina Social Católica, fundamentadas na Encíclica *Rerum Novarum* de base tomista, com também referenciais americano tecnicistas. O primeiro programa idealizado para o ensino na Escola apresentava uma única disciplina, propriamente denominada Assistência Social, que era ministrada pelo Dr. René Ribeiro. Após quatro anos de funcionamento o cargo de direção foi ocupado por uma Assistente Social, Maria de Lourdes Almeida de Moraes, o que se pode supor que a partir de então a instituição passaria a fortalecer um projeto de ensino propriamente do Serviço Social (Padilha, 2008; Soares, 2022).

A Escola de Serviço Social de Pernambuco também promoveu a oferta de Cursos Intensivos por todo o estado de Pernambuco para Serviços e Instituições Sociais, como foi o caso do *Curso Intensivo de Serviço Social para a Legião Brasileira de Assistência Social de Pernambuco*¹⁶, em julho de 1943. Esse curso foi ofertado para as legionárias do interior do estado, sendo sediado no Departamento de Saúde Pública, teve duração de cinco dias e foi ministrado para mais de 130

¹⁶ A LBA foi criada em 1942, presidida pela Primeira-dama Darcy Vargas. Teve como finalidade prestar assistência a famílias de soldados brasileiros enviados para combater na 2ª Guerra Mundial. Em Pernambuco foi presidida por Antonieta Magalhães (Primeira-dama do estado). Posteriormente, com o fim da guerra, a entidade se envolveu na prestação de assistência a um público mais amplo (VICENTINI, 2018).

legionárias representantes de 46 municípios do estado, conforme imagem abaixo após a inauguração do curso.

Figura 3 - Grupo de professores e alunas após inauguração do Curso Intensivo de Serviço Social



Fonte: LBA (1943)

Vale frisar que os professores da ESSPE também possuíam cargos dentro da LBA. O Dr. Rodolfo Aureliano, respectivo diretor da ESSPE e Diretor do *Departamento de Interior* da LBA em Pernambuco, ficou responsável pelas disciplinas de Assistência Social e Economia Doméstica. Nas suas aulas Aureliano apontava as causas e os “remédios” para miséria, a assistência deveria provocar e desenvolver a iniciativa pessoal, a partir do fornecimento assistencial de ajuda material, tratamento médico e emprego com boa remuneração, seria possível romper o ciclo vicioso da pobreza. Segundo o juiz, cada um dos fatores que ocasionariam a miséria reclamava um remédio preventivo, a influência moral contra o desajustamento de conduta, as medidas higiênicas contra as doenças, as precauções de segurança contra acidentes, organização econômica contra o desemprego, além de orientações econômica, social e moral para adaptação ao

trabalho, supririam necessidades de organização espiritual e econômica para progressão da vida do indivíduo.

O Dr. René Ribeiro, professor de Metodologia e Organização do Serviço Social da ESSPE e diretor do *Departamento de Assistência Social* da LBA, ministrou a disciplina de Técnica do Serviço Social de Casos Individuais, onde vai explicar as técnicas de trabalho, sendo elas a entrevista, o inquérito social e o tratamento social. Para o trabalho técnico em favor de medidas do poder público (reforma da legislação sobre seguro social, salário, providências de combate à habitação imprópria e superlotada, de fiscalização, de saneamento e combate às endemias); de campanhas sociais (combate ao alcoolismo pró higiene mental); e da fundação de ligas e associação que militem as causas de desajustamento social.

A disciplina de Alimentação ficará a cargo do Dr. Jamesson Ferreira Lima, professor ESSPE e diretor do *Departamento de Medicina Social* da LBA em Pernambuco. Nas explicações o professor dará instruções do quantitativo de calorías necessárias para a execução de um determinado trabalho, também aborda a importância da alimentação infantil nas escolas para melhor aproveitamento das aulas.

A Medicina Social foi ministrada pelo Dr. Raimundo Cavalcanti Uchôa, professor de Medicina Social da ESSPE e chefe do *Serviço Clínico do Juizado de Menores*. Os elementos primordiais abordados serão a sanidade rural (água e saneamento), além de mortalidade infantil, enfermidades sociais (alcoolismo, tuberculose e verminoses) e medicina escolar com enfoque nos problemas de desnutrição e higiene intelectual.

E Legislação Civil, recebeu uma explanação realizada pelo Dr. Cleodon Fonseca, diretor do *Departamento de Assistência Jurídica* da LBA. Abordando aspectos referentes a leis trabalhistas e a importância do casamento civil.

O curso buscava trazer o conhecimento superficial do Serviço Social e seus métodos, a serviço da compreensão maior de como assistir e reconduzir os desajustamentos, minimizando as necessidades individuais, corrigindo os defeitos, prevenindo as tendências e aplicando ensinamentos de moralidade e cultura nas populações interioranas, sendo classificado por Rene Ribeiro no discurso de

encerramento como “caridade organizada e a arte de dar”, se referindo às práticas teóricas e técnicas do Serviço Social.

A equipe dirigida pelo Dr. Rodolfo Aureliano foi fundamental para a instalação da LBA em Pernambuco. A parceria mútua entre as instituições pode ser percebida pelo financiamento de bolsas de estudos dentro da ESSPE, como também por meio da doação de um prédio na Av. Conde da Boa Vista para o funcionamento da Escola, nesse espaço a ESSPE permaneceu até sua incorporação à Universidade Federal de Pernambuco na década de 1970.

Assim, pode se constatar que ESSPE e outras entidades ligadas à assistência social no estado surgiram como resultante dos ideais conservadores característicos da Ação Católica, aliados às ideias de controle social que estão na natureza do Estado Novo e de ajustamento moral nitidamente higienista.

Na década de 1950, além das fortes influências franco-belgas ligadas diretamente às Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e São Paulo, se soma a influência norte-americana com o oferecimento de programas de intercâmbio de professores e profissionais estrangeiros, desenvolvido a partir do financiamento do Governo Truman com parte do Ponto IV¹⁷ (Padilha, 2008; Silveira Jr. e Maciel, 2020). As influências dessas correntes podem ser observadas através do resgate do programa das disciplinas da Escola no Quadro 1 a seguir. A organização e resgate dessas disciplinas só foram possíveis através do acesso ao *Relatório da Comissão Verificadora* de 1955, realizado pelo Ministério da Educação, a pedido de reconhecimento oficial da ESSPE, sendo concedido pelo decreto nº 39.009 de 11 de abril de 1956.

O curso de Serviço Social na ESSPE era dividido em três anos, abaixo foram selecionadas disciplinas e suas respectivos planos de conteúdo, que acordamos que podem vir a melhor agregar a discussão:

¹⁷ O Ponto IV foi um programa de auxílio técnico destinado a países periféricos da Ásia, África e América Latina no pós-guerra. Arelado aos anseios dos EUA por hegemonia global e à noção ampliada de segurança nacional própria da Guerra Fria, o programa promoveu a assistência técnica internacional sendo elemento permanente da política externa dos Estados Unidos (Damasceno, 2022).

Quadro 1 - Mapa de disciplinas, ementas e corpo docente da ESSPE em 1955

DISCIPLINA	REGIME	SÉRIE	PROFESSOR	PROGRAMA DA DISCIPLINA
Introdução ao Serviço Social	Obrigatório	I	Maria Dolores Cruz Coelho	Abordava histórico da assistência; noção de desajustamento social; fundamentos do Serviço Social: justiça social e caridade; Serviço Social público e privado.
Serviço Social de Casos	Obrigatório	I	Maria Dolores Cruz Coelho	Buscava orientar a prática profissional no seu objetivo maior, o reajustamento da pessoa ou da família por meio do trato individualizado.
Psicologia	Obrigatório	I-II	Anita Paes Barreto	Buscava a compreensão das formas de conduta; do instinto e as formas hereditárias de comportamento; e métodos psicotécnicos de exploração da personalidade.
Cultura Religiosa; Doutrina Social da Igreja ¹⁸	Obrigatório	I-II III	Padre Arnaldo Souza; Padre Zeferino Rocha	Definia conteúdos de legitimidade da doutrina social da igreja e o humanismo na relação entre Pessoa Humana – Propriedade, Família, Trabalho e Estado.
Higiene Mental	Obrigatório	II	Dr. Galdino Loreto	Incluía o estudo da Psicanálise e Freudismo; Neuropsiquiatria Infantil; Organização de um Serviço de Assistência aos Psicopatas.
Puericultura	Optativo	III	Dr. Jaldemar Serpa	Se preocupou com todas as fases do parto, a concepção, a gravidez e o puerpério com temáticas de Higiene da Procriação; Higiene e Nutrição; A criança pré-escolar, hábitos e comportamentos; “Débeis” e Prematuros.
Serviço Social do “Menor”; Direito do “Menor”	Optativo	III	Maria Hermina de Lira; Dr. Rodolfo Aureliano	Apresentavam o conceito de criança através do tempo; assistência dos “menores” em Pernambuco; o menor abandonado; o “menor excepcional”; organização do juizado de ‘menores’; medidas aplicáveis; direito e proteção ao “menor”, Serviço Social Escolar; As Clínicas de Conduta.
Aspecto Psicopedagógico da Conduta do “Menor”	Optativo	III	Anita Paes Barreto	Abordava o conceito de “criança problema”; causas de desajustamento; problemas de conduta; mecanismos de agressividade; constelação familiar; roubo infantil; problemas de rendimento escolar; meios positivos de educar; distúrbios de linguagem; problemas de atividade sexual; perturbações de sono.

Fonte: Relatório da Comissão Verificadora, 1955.

¹⁸ Para alunos não católicos a frequência era facultativa nessa disciplina (Grifo nosso – Relatório da comissão verificadora, 1955).

Com a devida visualização, se verifica que os conteúdos e práticas ensinadas pela ESSPE se voltavam para organização assistencial, educação e pesquisa social com convicções morais e normativas que constituíram a base das metodologias do estudo das disciplinas do Serviço Social tradicional, com um público-alvo composto por indivíduo e sua família, em particular, mulheres e crianças “reforçando a concepção de família-casa, *lócus* da produção e reprodução da força de trabalho, regulamentando-se as relações sexuais a fim de garantir um trabalhador fisicamente adequado as tarefas de produção” (Machado, 2015, p. 182).

A fundamentação teórica das ciências sociais dentro do Serviço Social com influência norte-americana, não se inscreve como uma ruptura com o conservadorismo doutrinário católico, pelo contrário, é complementar no aprofundamento das técnicas de Serviço Social de Casos, com uma visão clínica que é própria desse modelo. A entrada da psicologia, psiquiatria e “a psicanálise de Freud também era muito utilizada na abordagem individualizada, que psicanalisava a questão social” (Padilha, 2008, p. 224).

A ideia de desajustamento e desequilíbrio serão suportes para as bases materiais de investigação acerca do conhecimento social e dos meios a serem utilizados a fim de solucionar os problemas que perturbam a ordem social. O Serviço Social vai ser requerido para o trato dos “desajustamentos” sociais, morais e econômicos, com práticas de cunho educativo e investigativo de pesquisa e classificação dos comportamentos desviantes.

Tendo a aplicação teórica na formação dos assistentes sociais, a prática profissional será desenvolvida com uma finalidade de reformulação social, sendo necessário “manter um idealismo ativo, procurando tanto modificar os indivíduos quanto a sociedade para prevenir e corrigir os desajustamentos sociais, [...] esse idealismo ativo é o que propulsiona a assistência social preventiva” (Ribeiro, 1915, p. 66).

Segundo Machado (2015), o estudo e práticas que visariam a adaptação das crianças à sociedade terá caminhos bem diferentes dependendo da sua classe social, as estratégias de prevenção e cura quando direcionadas ao “tratamento” do “menor” será exclusivamente a disciplina do trabalho como “prevenção pedagógica” em relação à criminalidade e à vadiagem.

Como pode ser constatado durante todo o capítulo, há uma intrínseca relação entre os ideais higienistas, de normatização e progresso social do país, sobretudo o movimento de higiene mental, que propiciou o aprimoramento e humanização da assistência psiquiátrica a pessoas com deficiência intelectual e o âmbito prático operativo do Serviço Social. Desta forma, o Serviço Social foi utilizado como uma profissão estratégica para o capital no sentido da sua perpetuação de supremacia da classe dominante, a qual também se alia à perspectiva de um “projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (Netto, 2001, p.75-77). Esse movimento encabeçado no estado de Pernambuco pelo psiquiatra Ulisses Pernambucano e seus seguidores, com os tensionamentos postos a partir das suas pesquisas e trabalhos no trato da higiene mental, propiciou as condições para a inserção dos Assistentes Social nos serviços psiquiátricos, como também a inauguração de uma escola especializada na formação desses profissionais.

A formação generalista possibilitou a inserção dos profissionais de Serviço Social em qualquer campo, a visão da mulher assistente social-educadora facilitara a entrada no campo educacional. As atribuições de cuidar, educar e assistir serão dimensões assumidas dentro da organização curricular e reproduzidas pelas profissionais à época.

No próximo capítulo daremos continuidade às investigações da influência desse movimento nas práticas do Serviço Social escolar/psiquiátrico, analisando a experiência de estágio das alunas Maria Luiza Pereira da Costa (1949) e Carmem de Souza Cavalcanti (1952) na Escola Especial Ulisses Pernambucano.

3. A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA ESPECIAL ULISSES PERNAMBUCANO

3.1 Breve resgate da trajetória das estagiárias Maria Luiza Pereira da Costa e Carmen de Souza Cavalcanti

Faz-se imprescindível uma breve biografia individual das alunas da ESSPE e respectivas estagiárias da EEUP, Maria Luiza Pereira da Costa e Carmen de Souza Cavalcanti da Escola Especial Ulisses Pernambucano, com interesse de constatar as semelhanças nas trajetórias educacionais, profissional e, a posteriori, nas respectivas intervenções.

Como bem apontado por Silveira Jr. (2019), a década de 1940 vai marcar a constituição das condições mínimas para a existência da profissão no estado, as modalidades de intervenção que se desdobravam para responder às expressões da questão social através das políticas sociais germinadas dentro do Estado Novo necessitavam de um profissional de Serviço Social. Em 1934 o próprio Ulisses Pernambucano e seus seguidores da LHM expressavam a necessidade de Assistentes Sociais em Pernambuco. Por consequência, a realização da *III Semana de Ação Social* em 1939 viabilizou a fundação da Escola de Serviço Social em 1940. Posteriormente houve seu reconhecimento pelo Interventor do estado Agamenon Magalhães pelo Ato de Governo n.158 de 30 de janeiro de 1941.

As alunas ingressaram em um período de mudanças econômicas e estruturais dentro do país e também na política regional. A mudança no processo de acumulação do capital, suas contradições e desdobramentos nas primeiras décadas do século XX, onde há uma inviabilização da expansão econômica açucareira para a abertura de uma economia industrial, degradam ainda mais as condições de sobrevivência do proletariado. As lutas tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, “[...] constituíram uma força política potencial, embora embrionária, objeto de intervenção do governo e dos industriais” (Silveira Jr, 2019, p. 35).

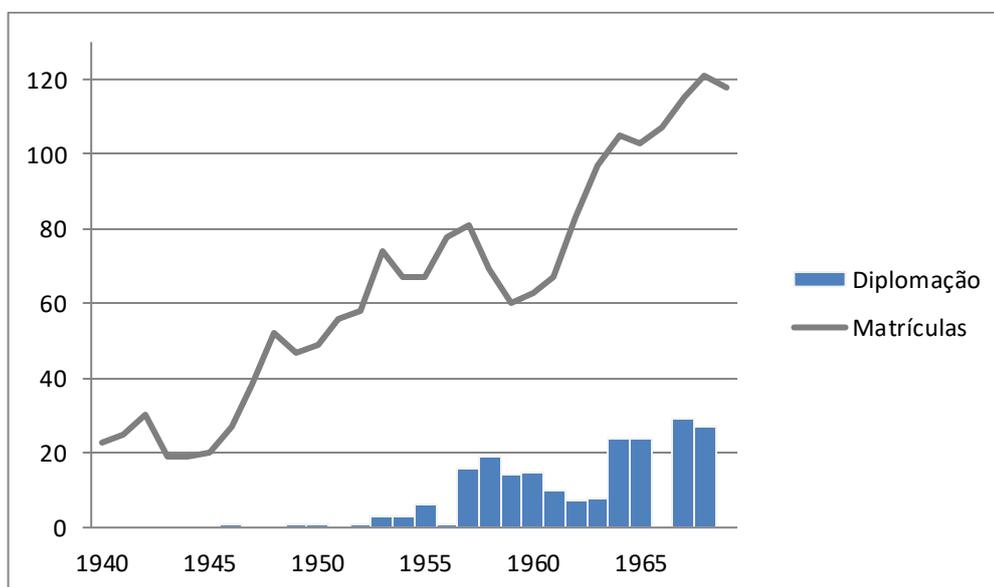
As expressões da questão social em Pernambuco estavam postas pela escassez de trabalho assalariado, violência urbana, habitações insalubres, falta de

saneamento básico e tantas outras questões latentes vividas no cotidiano das classes subalternas. Silveira Jr. (2019), aponta que os grandes fluxos migratórios, o crescimento da população pauperizada e as grandes campanhas contra os mocambos, que contribuíram para desenvolvimento de vilas para operários ligados a IAPs e Fábricas no estado foram primordiais para a necessidade de assistentes sociais em Pernambuco.

Nesse cenário, há o início as atividades da ESPPE em 1940, anexada ao Juizado de Menores. Num intervalo de seis anos após a sua fundação é que teremos a primeira assistente social formada pela escola, Maria da Glória de Andrade Lima, que posteriormente integrou o corpo docente. Assim, “[...] os anos anteriores podem ser considerados de preparação e aparelhamento” (ESSPE, 1995, p.7 *apud* Silveira Jr, 2019, p.43) tendo em vista o quadro geral de professores até então era majoritariamente formado por médicos e juristas, além da quantidade irrisória de matrículas de estudantes até o ano de 1946.

Como se pode conferir, o gráfico a seguir, onde se expressa o volume de diplomações ocorridas na ESPPE entre os anos de 1940 até 1969, vai ilustra bem como o projeto de profissionalização da profissão atrai um interesse maior na busca pela formação de Assistentes Sociais em Pernambuco ao longo das décadas.

Gráfico 1 - Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969)



Fonte: Silveira Jr. (2019).

Como pode ser constatado no gráfico acima, entre 1945-1949 teremos apenas duas diplomações feitas pela ESSPE, uma delas será de Maria Luiza Pereira da Costa. A estudante ingressou na ESSPE na primeira turma em 1940, mas só se diplomou em 1949, tornando-se, assim, a segunda assistente social diplomada pela escola, com seu Trabalho de Conclusão de Curso que se caracterizou como uma protoforma do trabalho sistematizado do Serviço Social dentro da Educação Especial em Pernambuco. A experiência, de caráter experimental, registrada pela aluna, é relativa à sua atuação entre os anos de 1942-1944 enquanto estagiária do Serviço Social (associada à função de professora especializada) na Escola Ulysses Pernambucano. O TCC foi intitulado “*Contribuição ao Estudo da Assistência aos Anormais Educáveis*”.

A trajetória profissional que precedeu a sua formação como Assistente Social demonstra o interesse da aluna pelo campo de estágio o qual remetia a uma temática que não lhe era desconhecida, tendo em vista sua experiência outrora como funcionária técnica no Serviço de Psicologia *da Assistência aos Psicopatas de Pernambuco*, como também no *Manicômio Judiciário*.

Em 1936, com a criação do corpo de visitadoras sociais no *Serviço de Higiene Mental*, cargo este criado pelo professor Ulisses Pernambucano, Costa (1949) revela que passou a exercer tais funções sendo encarregada das visitas às famílias dos pacientes internados nos vários serviços de Assistência a Psicopata do estado. As visitas tinham como objetivo obter informações sobre os antecedentes hereditários, condições pessoais e sociais do paciente, além de promover, nas próprias palavras da aluna "[...] um pequeno trabalho de reeducação junto às famílias, a fim de que pudesse, sem prejuízo, receber o doente, uma vez egresso" (Costa, 1949, p.11). Nas suas análises, a aluna afirma que essa preparação serviu para o posterior exercício do Serviço Social dentro da Escola Especial Ulisses Pernambucano.

Ainda em suas descrições, a estagiária fala brevemente sobre sua participação em uma viagem de observação de obras sociais no sudeste do país em 1945 e 1946, conhecendo organizações escolares e hospitalares para as crianças com deficiência intelectual.

No Rio de Janeiro, o primeiro dos três estados percorridos pela aluna, relata a sua visita a seção de neuropsiquiatria infantil da *Escola para Crianças Excepcionais*, o *Hospital para Anormais Profundos* e o *Laboratório de Psicologia*. Além de frequentar a seção de trabalhos e classes sob a orientação de Helena Antipoff. Em São Paulo, foi ao *Hospício de Juqueri*, no *Serviço de Neuropsiquiatria Infantil*. Por fim, em Belo Horizonte visitou o *Instituto Pestalozzi*, a *Granja Pestalozzi* e *Fazenda Formosa*, essa última sendo uma escola particular.

Entretanto, sua experiência de estágio na EEUP, anterior a esse breve intercâmbio, foi correspondente aos anos de 1942 à 1944, o que nos leva a crer que a aluna conciliou seus anos de formação na ESSPE e seu trabalho formal como professora, levando em consideração que só foi oficialmente diplomada como Assistente Social nove anos após seu ingresso na ESSPE, como pode ser observado na sua ata de diplomação no anexo 1. Todavia, esses entraves não invalidam tamanha contribuição do seu trabalho dentro da instituição, tendo em vista que a partir do seu relato acerca da importância da atuação do Serviço Social junto à escola, que houve a integração do cargo de Assistente Social na equipe do Serviço Médico-Social em 1951.

Assim como constatado por Machado (2015), na sua tese acerca das pioneiras do Serviço Social carioca, tanto a Escola de Serviço Social de

Pernambuco quanto as do Rio de Janeiro partilhavam do mesmo fenômeno, a grande maioria das alunas eram mulheres formadas por escolas normais e atuavam profissionalmente como professoras e/ou teriam atuado como técnicas visitadoras sociais.

A segunda estagiária na EEUP foi Carmem de Souza Cavalcanti, que ingressou na ESSPE em 1949 e foi diplomada em 1957. A aluna foi estagiária da Escola Especial Ulisses Pernambucano assim que o cargo de Assistente Social foi incorporado à Instituição em 1951. Mesmo sem a formação devidamente concluída, exerceu as funções de Assistente Social e ficou responsável pela Agência de Serviço Social dentro da Escola.

Assim como sua antecessora, Carmem relata que o trabalho com a temática psiquiátrica não lhe era desconhecido, outrora havia trabalhado numa clínica de conduta escolar primária em Recife na *Seção de Ortofrenia e Higiene Mental* do Departamento de Saúde Pública. Cavalcanti (1957) expressa que foi dentro desse serviço que foi estimulada a ingressar no curso de Serviço Social.

A submissão do seu TCC intitulado “*Relatório de uma Tentativa de Serviço Social em Escola de Excepcionais Doentes Mentais*”, em 1957, é oriunda da sua vivência de estágio que se deu entre junho de 1951 a junho de 1952.

Ao fim do ano de 1953, Carmen, trabalhando então no serviço da *Seção de Ortofrenia e Higiene Mental*, em cargo não especificado pela mesma, deu início a uma pesquisa que buscava estabelecer mais classes especiais nos grupos escolares da cidade do Recife, visando abranger um maior número de crianças com deficiência intelectual na capital, porém a proposta foi recusada pelo secretário de educação em exercício na época.

A similaridade profissional anterior à formação das alunas é algo a se notar, pois ambas compartilham experiências em serviços ligados ao Dr. Ulisses Pernambucano e à *Liga Pernambucana de Higiene Mental*. A pauta do ajustamento do indivíduo, onde se justifica a moral, higiene e ordem irão denotar sentido e “[...] será objeto do Serviço Social no contexto político cultural dos anos 30” (Machado, 2015, p. 268).

A disparidade entre o tempo de execução do estágio e a conclusão do curso no caso das duas alunas pode se ligar às temporalidades relacionadas à

regulamentação profissional, que envolveram uma série de normatizações. Como Silveira Jr (2019) aponta, muitas instituições contratavam as alunas ainda em formação sem a exigência do diploma, isso ocorria com frequência em todas as escolas espalhadas pelo país até a devida regularização profissional como resultado das primeiras iniciativas com leis como: a Lei Estadual nº 427 de 31 de dezembro de 1938 e a Lei Estadual nº 965 de 14 de dezembro de 1950. A primeira dispunha sobre a criação de cargos isolados de Assistentes Sociais e a última aborda a nomeação para cargos de Assistentes Sociais criados pelo estado de Pernambuco e suas autarquias. No fim da década, foi instituída a regulamentação federal da profissão.

A partir daí, as nomeações para os cargos foram condicionadas ao porte do diploma de Assistente Social – ainda podendo ser admitidas como contratadas alunas da ESSPE, exigindo-se, nesse caso, a conclusão do curso no prazo regulamentar. Supomos que essa legislação repercutiu na dinâmica da ESSPE, em especial com aumento das matrículas, nos anos 1950, e a mobilização para a finalização dos cursos e a diplomação – conforme sinaliza o gráfico anterior. Poucos anos depois se firmaram marco legal referente à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei n. 1.889 de 13 jun. 1953 e o Decreto 35.311, de 2 abr. 1954), e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei n. 3.252, de 27 ago. 1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma; e o Decreto-Lei n. 994, de 15 mai. 1962, que regulamenta a referida Lei). Outra iniciativa que supomos ter repercutido na dinâmica de matrículas e diplomações em nível estadual, também conforme o gráfico anterior sugere. (Silveira Jr., 2019, p.45).

Esse conjunto de leis impeliu a execução de atividades específicas do Serviço Social dentro dos serviços, exigindo profissionais com a graduação devidamente finalizada. Esses novos rumos tomados pela profissão se expressaram numa procura maior pelo ingresso e finalização devida do curso na ESSPE.

Agora em diante, falaremos mais sobre a prática do Serviço Social com base nas experiências de estágio das duas alunas na Escola Especial Ulisses Pernambucano, que se constituiu como uma das obras pioneiras no Estado a terem uma colaboração mútua para a formação desse alunado da ESSPE, assim como os Círculos Operários e o Departamento de Assistência Social – LBA.

3.2 A Escola Especial Ulisses Pernambucano e a inserção do Serviço Social na instituição

A Escola Aires Gama é criada a partir do ato nº 137, de 27 de janeiro de 1941, segundo o plano previsto no ato nº 1.239 de 27 e dezembro de 1928, que dispõe sobre a reforma educacional de Pernambuco, onde no art. 2º se prevê a criação de “[...] escolas para educação de débeis orgânicos, educação especial para supernormais e débeis mentais” (Jannuzzi, 1992, p. 73). Em 1947 há a mudança do nome para Escola Especial Ulisses Pernambucano, homenageando o famoso psiquiatra pioneiro nas pesquisas¹⁹ sobre educação dessas crianças e o idealizador da primeira escola para crianças com deficiência intelectual no estado. A EEUP se configurou como um externato público e sua direção foi confiada a Anita Paes Barreto, professora da ESSPE.

Durante os anos de 1941 à 1950, todos os profissionais da psicologia e médicos psiquiatras que prestavam serviço na escola eram do *Instituto de Psicologia de Pernambuco* e da *Assistência a Psicopatas* respectivamente. A partir de 1951, a Escola obteve um aumento do aporte orçamentário, com aprovação de um novo estatuto escolar, que possibilitou a incorporação de servidores exclusivos a instituição para o atendimento das crianças, incluindo os Assistentes Sociais, que passaram a integrar a equipe do Serviço Médico-Social.

A vertente médico-pedagógica coletava dados através dos testes individuais e exames médicos, a *Revisão Pernambucana da Escala Métrica de Inteligência Binet-Simon-Ternam*, como também de fichas de observação que seriam elaboradas pelas pedagogas e assistentes sociais; esses “métodos clínicos”, mais os dados de observações do histórico contendo informações sobre hereditariedade e “vícios familiares” eram usados para posterior classificação dos níveis de inteligência das crianças, sendo “[...] essa catalogação da deficiência feita de acordo com maior ou menor adequação às normas sociais veiculadas na escola” (Januzzi, 1992, p.64).

A finalidade da EEUP consistia na educação especializada e assistência integral às crianças “deficientes mentais educáveis” e “deficientes da linguagem” de quaisquer condições sociais, “[...] numa tentativa de lhes oferecer um ambiente, um regime de vida, um trabalho que torne a sua “anormalidade” inoperante” (Antipoff, 1955, p.20 *apud* Cavalcanti, 1957, p.22).

¹⁹ Podemos citar algumas dessas pesquisas: “Estudo psicotécnico de alguns testes de aptidão (1922); O vocabulário das crianças das escolas primárias de Recife (1922); Quociente de Inteligência de psicopatas de Pernambuco (1931); Ideias e realizações (1932); e Alguns dados antropológicos da população de Recife (1935)” (Jannuzzi, 1992, p. 63).

Jannuzzi (1992), através da sua pesquisa, apresenta uma argumentação que demonstra o caráter contraditório da Educação Especial, observando que a defesa da educação dessas crianças estaria intimamente ligada ao beneficiamento dos “normais”, pois a segregação dos que fugissem ao ideal de normalidade socialmente estabelecido agilizaria processo de formação daqueles “[...] cuja a natureza não se tratava de corrigir, mas de encaminhar” (p. 43). Ou seja, a segregação dos que não conseguissem se adequar a essa lógica de reprodução exacerbada de capacitação de um novo perfil proletário, auxiliou na melhor execução das práticas de formação “eficaz” da “educação normal”, porém, contraditoriamente, esse movimento possibilitou o acesso de crianças com deficiência intelectual ao ensino público e gratuito, mas no estado só se deu a partir da Reforma Educacional de Pernambuco, ato nº 1.239 no ano de 1928 que há a previsão de escolas de educação especial gratuitas.

A transição na estrutura econômica capitalista no Brasil em 1950 demandava uma força de trabalho mais qualificada e moldada a partir de um modelo taylorista de padronização contínua no aumento da produtividade e do lucro. A ascensão e consolidação de uma sociedade urbano-industrial no processo do desenvolvimentismo, colocava em evidência a necessidade de instruir a criança a uma “cidadania útil”. Costa (1949) faz referência ao psiquiatra e pedagogo Erich Stern na afirmação que a redução da função intelectual acarretaria consequências tanto no desenvolvimento da inteligência da criança com deficiência intelectual quanto na “falta de vontade para o trabalho”. Assim, o Assistente Social deveria atuar no contexto onde a criança estava inserida a fim de moldá-la a uma organização social que estava intimamente ligada à adequação de regras da força de trabalho, afirmando-se como autêntico “agente da justiça social” (Iamamoto; Carvalho, 1994; Abreu, 2008).

A EEUP procurou desenvolver programas de ação em serviços de reeducação pedagógica compreendendo o ensino especializado, a aprendizagem pré-profissional, correção de defeitos de linguagem, educação física, canto e recreação que seriam ofertados de acordo com as características individuais de nível mental com intuito de tornar as crianças capazes de produzir, de acordo com o que socialmente é estabelecido como produtivo (Cavalcanti, 1957).

Havia um plano pré-estabelecido para a prática do Serviço Social junto à Escola Especial Ulisses Pernambucano, onde se estabelecia a organização com técnicas de trabalho como o Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade, além de pesquisas sociais e condições materiais de realização e funcionamento do trabalho dos Assistentes Sociais.

A EEUP define a prática como *Serviço Social Psiquiátrico* que seria definido como o agente de ligação entre a família, o médico e o professor. O profissional também trabalharia em colaboração com o psiquiatra, fornecendo dados dos elementos sociais coletados a partir da observação das condições de vida das crianças e seus familiares para o diagnóstico médico; para os professores, os elementos que serviriam para melhor adaptar os métodos pedagógicos; e juntos às famílias, proporcionariam ações preventivas, construtivas e curativas. A atuação era dividida em três esferas, sendo elas: (I) junto à criança, buscando conhecer sua “personalidade” e sua “conduta social”, criar condições ambientais favoráveis ao “meio normal” (segurança, bons hábitos), orientar atividades de trabalho e ocupações lucrativas, “ajustamento social”, prestar “assistência moral, econômica social e jurídica”; (II) junto à família, numa mútua colaboração com método de integração da família ao ambiente escolar, orientar as possibilidades de limitações e recomendações de tratamento, “reeducação”, solução de problemas de ordem econômica, moral e social, atividades de grupos para propiciar cultura e reeducação, intermediação escola família; (III) junto à Escola, compartilhando com os especialistas a situação social da criança, colaborando para melhoria nas funções dentro da instituição e para atividades extracurriculares.

Para execução dessas tarefas, planejava-se que a divisão técnica contaria com três assistentes sociais, sendo uma chefe da seção; uma Assistente Social de Serviço Social de Casos, uma Assistente Social de Serviço Social de Grupo, além de uma estagiária. Porém esse plano não se concretizou na realidade ao fim dos estágios das alunas, ocasião em que as mesmas se tornaram as únicas “profissionais” do Serviço Social dentro da Escola.

3.3 Processos de trabalho do Serviço Social na Escola Especial Ulisses Pernambucano

Nas intervenções empregadas pelas alunas, aqui analisadas, o principal método utilizado foi o Serviço Social de Casos, defendido pelas autoras com a justificativa de que cada criança necessitava de uma atenção especial para “[...] orientá-lo, reeducá-lo e até mesmo retirá-lo do meio que convive” (Costa, 1949, p.31). Conforme aponta Faleiros (1985), esse enfoque assistencialista que parte de uma carência individual como objeto, busca as formas de um auxílio individual sem levar em consideração as relações estruturais que perpassam o indivíduo.

Segundo Abreu (2008), a perspectiva pragmática da profissão carregada de um caráter conservador confere ao indivíduo uma centralidade no funcionamento social, assim, o Serviço Social tradicional aparece como um agente de ajustamento dos indivíduos e das suas relações por meio da “ajuda”. A função pedagógica da profissão combina os processos de coerção e persuasão para um consentimento das suas práticas na formação de subjetividades individuais e coletivas no processo de controle social de cunho moralizador, direcionado para a reforma moral e a reiteração social.

Os métodos de entrevistas e visitas domiciliares serão utilizados e se farão de extrema importância para o diagnóstico e tratamento no ajustamento das famílias. Assim, conforme os relatos registrados nos tcc's, houve nos primeiros encontros, uma busca pelo estabelecimento de inteira confiança das famílias nas estagiárias. Costa (1949) ressalta que qualidades como “amigável”, “afável”, “delicada”, “conselheira” e “atenciosa” na postura profissional deveriam ser demonstradas nesses primeiros contatos, facilitando as trocas e diminuindo as chances de resistência de colaboração das famílias.

Conforme a perspectiva psicologista abordada em Faleiros (1985), é na família que se encontram forças que afetam o bem-estar individual. A busca da integração máxima no seio familiar, os aconselhando, a capacidade de desenvolver e influenciá-los a se manterem economicamente estáveis e unidos para a evolução da criança no ambiente escolar se caracteriza como um relacionamento profissional

que se inscreve como uma relação de força, exercendo práticas de controle e vigilância, mascarados como cuidado as crianças e a suas famílias.

A execução do Serviço Social de Casos utilizando-se de interpretações da conduta individual com descrições baseadas em dados de amostras, pesquisas, fichas e outros instrumentos descritivos, permearam a práticas das estagiárias, especialmente Carmem de Souza Cavalcanti, quando frente da Agência de Serviço Social adotou a utilização dos dados obtidos a partir de instrumental intitulado “inquérito preliminar”, esse estudo foi aplicado em 42 (quarenta e duas) famílias dos alunos matriculados na EEUP em 1951, colhendo informações sobre a constituição e composição das famílias, características da vida familiar e, por fim, aspectos relativos à criança.

A partir da visualização dos resultados desse inquérito observamos que as famílias que acessavam a Escola tinham seu recorte de cor e renda, sendo majoritariamente famílias negras e pobres.

A religião das famílias também era registrada nas fichas, onde em suma eram católicos. As estagiárias teceram duras críticas às condições de constituição das famílias, onde para elas, em um futuro próximo, poderia acarretar problemas para essas famílias quando em muitos dos casos, não havia a existência de um registro formal da união, como o casamento civil, em grande parte eram apenas casados no religioso. Em sua minoria havia mães solas, crianças que viviam nas casas de acolhimento do Juizado de Menores do Recife ou em algum hospital psiquiátrico da capital.

Outros dados analisados estatisticamente foram o levantamento dos bairros nos quais essas famílias residiam, além das suas condições de moradia e nível de instrução familiar. A proximidade dos bairros habitados por essas famílias com a Escola foi dada como um fator positivo pois facilitava um acompanhamento contínuo da criança e da sua família.

Cerca de 21,95% eram moradores de mocambos, e o nível de instrução era composto por uma margem expressiva de analfabetos e semianalfabetos. O baixo nível familiar e social, a miséria e falta de escolaridade foram demarcados como agravante nas condições psíquicas e morais da criança com deficiência intelectual,

para a qual se observava a necessidade de uma “[...] disciplina dos instintos, orientação dos costumes e formação de hábitos saudáveis” (Costa, 1949, p. 7).

Cavalcanti (1957) apresenta três casos para ilustrar os principais problemas observados na maioria das famílias, seriam eles, um caso de ordem de saúde, um segundo de ordem econômica e o terceiro de ordem educativa.

3.3.1 Nº 1 – Caso que predomina o problema de *saúde*

Aluno: M.N, idade: 11 anos, preta, sexo: feminino;

Filiação:

Pai –S.C. N, falecido

Mãe- M.S.N, 31 anos, preta, brasileira e natural de Pernambuco

A mãe vivia maritalmente com o companheiro C.G., e mais 4 crianças, onde 3 eram alunos da EEUP.

A procura pelo Agencia de Serviço Social se deu por demanda espontânea pela dona M.S.N por conta do estado de saúde da sua filha e de seu companheiro que estaria afastado do trabalho, o que acarretou num comprometimento do orçamento familiar.

De imediato foi concedido o auxílio da caixa escolar para que seus filhos pudessem comparecer às aulas e encaminhamento da criança ao Dispensário Antituberculoso do *Centro de Saúde Amaury de Medeiros*, para procura de um diagnóstico e possibilidades de cura.

Para o S.r C.G, foi estabelecido o contato com o *Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários* para o diagnóstico e possível previsão de quando o mesmo poderia voltar ao seu trabalho. Para além, foi solicitado pela dona M.S.N a interferência do Serviço Social numa ação indenizatória que o companheiro movia contra a “Fábrica de Peixe”.

Tendo o resultado e a prescrição de tratamento clínico, cuidados especiais e afastamento temporário da criança da EEUP, visto a impossibilidade da família de custeio das despesas desse tratamento, o Serviço Social encarregou-se fornecer

remédios, dinheiro para alimentação e injeções durante o tempo necessário de tratamento da criança. Também foram prescritas orientações sobre medidas higiênicas para impedir contaminação dos outros membros da família.

Com o passar do tempo e sem perspectiva de melhora, a mãe matriculou a criança na Liga Pernambucana Contra a Tuberculose que forneceu gratuitamente a medicação, ficando o restante das demandas ainda por conta da Agência de Serviço Social da EEUP.

Ao final do estágio todas as questões apresentadas ainda eram latentes e sem perspectiva de evolução. A estagiária culpabiliza a dona M.S.N pela resistência a acatar todas as decisões que o Serviço Social traçava nos cuidados com sua família, Cavalcanti (1957) ressalta que a mãe não “chegou a entender que o nosso trabalho não era de caráter exclusivamente assistencial se não fundamentalmente educativo (p.87).

3.3.2 Nº 2 – Caso de maior significância do nível *educativo*

Aluno: J.S.S, idade: 9 anos, parda, sexo: masculino

Pai: D.Q.S, preto, 46 anos, pernambucano

Mae: M.N.S, parda, 32 anos, pernambucana

Esse caso se apresenta como o único em que a estagiária tenta traçar um perfil psicológico da mãe a partir de suas observações, descrevendo seus traços de personalidade, como: susceptível, desconfiada, hostil, insociável, teimosa e superprotetora.

A dona M.N.S era solteira, empregada doméstica, com nível de instrução rudimentar. Seu filho era descrito como antipático, com manias de grandeza tendo um apreço maior por desenhar a fazer amigos.

Cavalcanti (1957) já tinha conhecimento do caso desde seu trabalho na *Seção de Ortofrenia e Higiene Mental*, onde a criança foi matriculada na clínica de conduta a assistência a psicopatas em 1949, e teve sua transferência para a EEUP em fevereiro de 1951.

No momento da procura pelo serviço a dona M.N.S encontrava-se desempregada e estaria solicitando uma ajuda para encontrar um novo local de trabalho, a mãe expressava que era difícil encontrar uma casa que aceitasse ela e seu filho.

Numa medida de caráter extremo e temporário, a estagiária recorreu à internação da criança no Pavilhão Gildo Neto, da *Assistência a Psicopatas*, no período das férias escolares e sua mãe foi encaminhada à casa de uma amiga de Cavalcanti (1957), contratada como cozinheira, para tanto a estagiária buscou aconselhar a mãe nas maneiras de comportamento adequado para manter o emprego.

Na reabertura das aulas no primeiro semestre de 1942 a Dona M.N.S retorna ao serviço e relata que estava novamente desempregada e que havia retirado seu filho “às escondidas” do Pavilhão. Estando então hospedada na casa de uma conhecida sua.

A partir do que foi posto, as providências tomadas foram de ajuda financeira para despesas da família e encaminhamento de aluno J.S.S ao Hospital Infantil para tratamento médico. Também houve o encaminhamento da mãe para um novo emprego e a reintegração da criança no Pavilhão em regime de externato, porém fora rejeitado. Logo em seguida a criança foi acolhida no novo emprego da mãe na casa de uma das professoras da EEUP, porém meses depois, foi novamente despedida, os motivos de descontinuidade do seu emprego que foi prestado por sua ex patroa ao Serviço Social foi do forte temperamento da dona M.N.S e os castigos físicos exacerbados aplicados à criança.

Por fim, o caso foi avaliado pela estagiária com a atuação do Serviço Social no sentido de tentativa de reajustamento da personalidade da mãe e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança, que começara apresentar traços similares aos da mãe. Mais tarde, fora comprovado de que a mãe também precisaria de tratamento psicoterápico, todavia havia pouca probabilidade da continuidade de tratamento pela falta de articulação com serviços que pudessem atendê-la. Inclusive, a estagiária impunha a reponsabilidade a falta de recursos econômicos e do meio (serviços externos) pelos acontecimentos acometidos nesse caso.

3.3.3 Nº 3 – Caso de fator *econômico* no ajustamento familiar

Alunos:

L.F.S: 10 anos, pardo, sexo masculino, natural da Paraíba

M.S: 8 anos, parda, sexo feminino, natural da Paraíba

Filiação

Pai – S.F.S, pardo, 36 anos

Mãe - J.N.S, parda, 32 anos

A procura pela Agencia de Serviço Social foi de demanda espontânea pela mãe. As demandas apresentadas foram sobretudo o desemprego e a falta de alimento em casa. As providências de caráter imediato foram o fornecimento de alimentos, e acompanhamento assíduo sobre essa família. A família teve 8 filhos dos quais 4 são falecidos e a mãe estava grávida.

A reclamação do marido decorre em o uso do fumo e práticas espíritas por parte da esposa. Segundo a observação da estagiária a dona J.N.S estava ciente dos seus desajustamentos e não apresentava menor interesse em resolvê-los.

Posteriormente, com à atuação em conjunto a Assistente social da LBA, a estagiária prosseguiu o encaminhamento da mãe ao ambulatório da LBA para a matrícula no serviço de pré-natal, além do envio de recomendação especial ao juizado de menores para recebimento de um abono especial, conforme solicitado pela dona J.N.S.

Outras ações executadas pela estagiária foi o intermédio de contato para uma vaga de emprego para o pai, junto a um representante da Prefeitura Municipal do Recife, o contato foi repassado ao serviço pela dona J.N.S, e o Sr. S.F.S foi chamado a assumir um cargo como motorista numa fábrica de cerâmica.

Ao decorrer do acompanhamento dessa família, chega ao serviço uma denúncia feita a diretora da EEUP, onde o filho do casal, o menino L.F.S, estaria pedindo dinheiro pelas ruas de Recife. Quando questionado à família sobre essa situação o pai prontamente culpou sua esposa, justificando que suas práticas

espíritas poderiam ter alguma influência sobre o fato. Já a mãe tomou como inverídicas as acusações contra seu filho.

Outro fator que agravou ainda mais a situação da família foi a notícia de despejo do mocambo em que habitavam por falta de pagamento. O enfrentamento a essa situação deu-se pelo comprometimento da família a amortizar as pequenas parcelas relativas à caução de um novo quarto que o Serviço Social adiantara ao novo locador.

A dona J.N.S também fora escrita em uma escola de ensino supletivo e no Serviço Social conta o Mocambo, para benefício de uma máquina de costura, solicitado para frequentar o Curso de Corte e Costura da EEUP.

Para Cavalcanti (1957) a atuação do Serviço Social nesse caso foi dirigida em dois sentidos, sendo eles, pelo empreendimento de providências necessárias para o ajustamento econômico e o segundo pela ação educativa para desenvolvimento de consciência e responsabilidade nos chefes da família. Considerando os resultados obtidos como positivos perante a atuação.

A utilização do que é descrito como “recursos do meio” pela estagiária foi fundamental para o acompanhamento dessas famílias. Cavalcanti (1957) descreve que recorreu a colaborações como serviços médicos, repartições públicas, institutos de previdência entre outros. Adiante, temos o estabelecimento de atividades educativas ofertadas aos pais na Escola como o “*Círculo de Educação Familiar*” e o “*Curso de Corte e Costura*”. E as concessões de benefícios que se demonstraram imprescindíveis na atuação da estagiária, como alimentação, transporte, aluguel entre outros, a partir da caixa escolar, composta por uma parcela do orçamento concedido à Escola através do governo do estado de Pernambuco e outra parte com a doação de funcionários da própria instituição.

É necessário afirmar que nos três casos apresentados há uma ocorrência de atitudes que corroboram para a construção de um modelo de família e papéis de gênero, ambos apresentam uma culpabilização exacerbada a figura da mulher e tentativa de reajuste de sua conduta, atribuindo-lhe a culpabilização por não demonstrarem plena-vontade de compactuar com as práticas estabelecidas na tentativa de padronização das suas famílias

O desenvolvimento dos processos de intervenção numa perspectiva individualizada parte do ponto de vista que a questão social se circunscreve a sua manifestação estritamente individual e moral e orienta uma intervenção passível ao ajustamento individual de cunho educativo e ressocializador.

As conclusões, ao fim da análise feita pelas estagiárias destacam os problemas observados nas famílias e os classificam como de cunho econômico, psicológico, social, educativo e moral. Há, em certa medida, uma concordância de que as mudanças na esfera social teriam rebatimentos na estrutura familiar e, conseqüentemente, alterariam suas funções, deixando-os mais suscetíveis a problemas. Porém, a responsabilidade continuava sendo atribuída a essas famílias na justificativa de falta de adequação às novas realidades, assim, cindindo, não só a realidade estrutural, mas o próprio indivíduo nesse processo (Faleiros, 1985). A formação moral, intelectual e social da família seria necessária para o ajustamento a fim de que se possibilitasse o mínimo de condições de plena sobrevivência, ajudando-os “[...] a resolver seus problemas a melhor bastarem a si próprias e convenientemente exercerem o papel a que lhes competia na educação do excepcional” (Cavalcanti, 1957, p. 81). Objetivamente, as práticas do Serviço Social com a técnica de interpretação da conduta individual, isolada e específica, buscavam a eliminação das “carências” dos indivíduos desajustados, garantindo a manutenção da ordem estabelecida e deslocando os conflitos de classe.

3.4 Autoanálise das estagiárias acerca do resultado das ações

A estagiária Maria Luiza Pereira da Costa (1949) apresenta, em suas análises, a percepção de como a sua atuação alcançou resultados positivos no “desenvolvimento mental” das crianças. Os testes aplicados no ingresso à Escola foram repetidos após um ano de permanência e foi constatado uma melhora significativa nos dados de Q.I e I.M dos alunos. Porém, pelo fato de as crianças já estarem mais familiarizadas com os profissionais e o ambiente escolar, livres dos constrangimentos iniciais dos primeiros contatos, foi considerado como um fator incisivo nesses resultados positivos. A sua atuação junto às famílias foi classificada como de natureza educacional, tendo em vista que não houve articulação da Escola

com outros serviços, assim, a estagiária se empenhou em instruir formas alternativas de como cuidar da criança, buscando a “harmonia” dentro do ambiente familiar, com ações a exemplo de atribuição de tarefas domésticas simples, oferecimento de recompensas, oferta de lazer, diminuição dos castigos físicos entre outros.

Para Cavalcanti (1957), a atuação do Serviço Social foi dirigida em dois sentidos, o primeiro seria as providências tomadas como necessárias para o ajustamento econômico e o segundo pela ação educativa para desenvolvimento de consciência e responsabilidade dos chefes da família. Ela expressa que as limitações na sua intervenção, como a falta de supervisão do estágio, parceria entre os profissionais do serviço, a sobrecarga, o imediatismo das ações, somando-se ao pouco preparo nas noções de compreensão do campo do Serviço Social psiquiátrico, se caracterizam como elementos prejudiciais no exercício profissional.

Ambas são consensuais na afirmativa de que os transtornos mentais são originados e agravados pelo “desajustamento familiar e social”. Elementos essenciais como moradia satisfatória, boas condições de trabalho e remuneração eram necessidades que não eram acessadas pela maioria do público atendido. Com o caráter assistencial da profissão orientando uma atuação nas sequelas resultantes do aprofundamento do capitalismo, as intervenções seriam pautadas na reprodução material enquanto classe proletária. O objetivo da implementação de reordenação da realidade dessas famílias “[...] corroboram para a mistificação que obscurece e encobre a dominação e exploração” (Iamamoto; Carvalho, 1994, p. 325). A construção de um modelo de família com enquadramento dos seus hábitos de saúde, alimentação, habitação e comportamento reforçam as afirmações de papéis de gênero apresentando uma culpabilização exacerbada a figura da mulher e tentativa de reajuste de sua conduta, atribuindo total responsabilidade aos resultados caso, não demonstrassem plena vontade de compactuar com as intervenções estabelecidas pelas estagiárias na tentativa de padronização das suas famílias.

Fica evidente que a atuação na EEUP teve um ideal regeneracionista, o cuidado a infância em seus aspectos físico, moral e psíquico a fim de se alcançar um adulto “sadio e hábil” para o mundo do trabalho só seria possível através de mútua parceria entre escola e família. Na visão das estagiárias, enquanto as famílias

não se “libertassem” das condições de miséria e vícios que a cercavam não haveria progressão na saúde mental da criança.

O caráter persuasivo da profissão ao pretender atuar sobre a questão social, mistificam as transformações econômicas e sociais, para atuar sobre seus efeitos, não agindo sobre as causas, mas sobre as percepções subjetivas e morais (Iamamoto; Carvalho, 1994). As respostas apresentadas caracterizam-se como ações de supressão de manifestações de carência e não como garantia de direitos. O constrangimento e pressão moral exercidos por ambas tiveram como meta a impossibilidade de acomodação das famílias aos auxílios, buscando por meio da educação moral despertar nos indivíduos o desenvolvimento de personalidade para melhor ajustar-se à realidade social.

Portanto é possível afirmar que as intervenções do Serviço Social à época têm um claro recorte ligado as determinações de gênero, cor e classe. À população usuária majoritariamente constituídas por mulheres negras e seus filhos serão orientados a partir de uma lógica produzida através da consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional que se legitimava a superexploração das classes subalternas e mascarava as soluções para expressões da questão social que permeavam a vida dos indivíduos, as respostas para seus anseios viria tão somente de reeducação moral e médico-pedagógica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou elucidar a presença da perspectiva higienista no Serviço Social de Pernambuco através da experiência na Escola Especial Ulisses Pernambucano nas décadas de 1940 e 1950 a partir da relação direta entre os membros da Liga de Higiene Mental de Pernambuco na fundação da Escola de Serviço Social no estado e a Escola Especial Ulisses Pernambucano, sendo a EEUP um dos primeiros serviços de execução das protoformas das experiências profissionais das alunas da ESSPE.

Para além disso, buscou contribuir para o resgate histórico profissional sobre a realidade regional, sendo Pernambuco o terceiro estado a aderir uma escola de Serviço Social do país. Embora, na realidade pernambucana a ESSPE não fosse vinculada a nenhuma instituição controlada diretamente pela Igreja, certamente isso não excluiu o caráter doutrinário, moralizante e ajustador na grade curricular do curso. Seu corpo docente e discente composto em grande parte por pessoas pertencente às classes abastadas e vinculadas à Ação Católica. As práticas investigativas, fiscalizadoras e pedagógicas no trato das mazelas sociais, sem enxergá-las como de fato sendo expressões da questão social, se configuraram como projetos de interesses do Estado que contou com a ajuda da Igreja Católica, como também das corporações médicas, científicas e do Juizado de Menores na formação dos primeiros Assistentes Sociais em Pernambuco.

O trato da higiene mental sobre as crianças com deficiência intelectual, com criação de organizações e serviços voltados à proteção da infância e juventude encontrou dentro das práticas do Serviço Social meios para o acesso e imposição, não só da criança, mas da sua família a um enquadramento de viés médico-pedagógico de diagnóstico, tratamento e cura/ajustamento, que deixou evidente que as intervenções profissionais eram fortemente marcadas por uma influência da higiene mental na moralização, normalização e adaptação do indivíduo na sua inserção social, sobretudo em intervenções multidisciplinares para aprimoramento de habilidades das crianças para a racionalização do trabalho (Januzzi 1992; Vasconcelos, 2000).

O conteúdo higienista nas grades curriculares do curso de Serviço Social de Pernambuco, com as disciplinas de higiene geral, higiene do trabalho, higiene mental entre outras só foi retirado dos currículos a partir da reforma geral de 1970, o que nos leva a acreditar que a influência sobre a categoria perdurou por muito mais tempo, a partir disso, outros questionamentos incentivam a necessidade de mais investigações que possam a vir demonstrar a possível superação das práticas profissionais que reproduzam o viés moralizador e adaptativo típicos da influência higienista.

As novas realidades das condições econômicas, sociais e políticas postas à sociabilidade dentro da lógica capitalista, com a ascensão da extrema direita, a agenda ultra neoliberal, o aprofundamento das desigualdades sociais e a regressividade profissional com práticas de ideologia conservadora isoladas, mas ainda assim, existentes, colocam em dúvida a real superação desse modelo de atuação. É preciso estar atento e forte para se pensar nas formas de preservação das conquistas condensadas no projeto ético político do Serviço Social. A contínua investigação e produção do horizonte de conhecimento histórico do Serviço Social brasileiro se torna indispensável para a visualização dos avanços e regressões que são postos à profissão e contribuem para a necessidade de problematização das dimensões atuais do exercício profissional.

FONTES PRIMÁRIAS DA PESQUISA

CAVALCANTI, C. de S. **Relatório de uma tentativa de serviço social em escola de excepcionais deficientes mentais.** Recife, 1957.

COSTA, A. L. P. **Contribuição ao estudo das assistências os anormais educáveis.** Recife, 1949.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESSPE). **Relatório da Comissão Verificadora.** Recife: Memorial Denis Bernardes – Universidade Federal de Pernambuco, 31 jan. 1955 (mimeo).

LBA. **Curso intensivo de serviço social.** Recife, 1943.

REFERÊNCIAS

ALBERTINI, P. et al. **Reich e o movimento de higiene mental**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 393-401, maio/ago. 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yJPLCDSC37PZTNrXV9rzb3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Aos loucos, o hospício: Primeiros asilos para alienados do Brasil foram construídos em meados do século XIX no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Revista Pesquisa FAPESP, edição 263, jan. 2018, online.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Marco Editora; Educ. 2007

Boarini, M. L. (Org.). (2003). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá, PR: Eduem.

BARTOLINI, Jeferson. **O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos**. Saberes, Natal RN, v. 18, n. 3, p. 86-100, dez. 2018.

BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, no dia 3 de maio de 1937. **A educação nas mensagens presidenciais**. Brasília: MEC/INEP, 1987. (v. 1, 1890-1986). Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-2021/a-educacao-nas-mensagens-presidenciais-volume-i---18901986>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na seguridade Social brasileira**. Revista Psicologia e Sociedade, v. 15, nº 1, jan/jun, Porto Alegre: Scielo Brasil. 2003.

CARVALHEIRO, José da Rocha; MARQUES, Maria Cristina Costa; MOTA, André. A Construção da Saúde Pública no Brasil no Século XX e Início do Século XXI. In: ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena (eds). **Saúde pública: bases conceituais**. [2.ed.]. SÃO PAULO: Atheneu, 2013. p.1-17.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Relatório de fiscalização aponta graves problemas na inserção de assistentes sociais nas Comunidades Terapêuticas (CTs)**. 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1494> . Acesso em: 20 agosto 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

CORREIA, J. T. M. **Triste, louca ou má? Experiência feminina no hospital de alienados da tamarineira nos anos de 1930**. Dissertação de Mestrado - UFRPE. Programa de Pós Graduação em História, Recife, 2020.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro, RJ: Xenon Editora, 1989.

CRESS PR. **Nota pública do cress-pr em defesa da população em situação de rua e contrária a políticas higienistas e violadoras de direitos**. Disponível em: <https://cresspr.org.br /2023/08/24/nota-publica-do-cress-pr-em-defesa-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-contraria-a-politicas-higienistas-e-violadoras-de-direitos/>. Acesso em: 20 agosto 2023.

CRESS SP. **Nota de repúdio referente às ações higienistas cometidas contra a População em Situação de Rua no estado de São Paulo**. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/nota-de-repudio-referente-as-acoes-higienistas-cometidas-contra-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20 agosto 2023.

CUNHA, Angely Dias da; NUNES, Ariadna. **Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p.328-350, 2020. Disponível: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31729/21663>

DAMASCENO, NATÁLIA ABREU. **O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. 2022. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022., 2022.

DOMINGUES, T. L.; CAMPOS, R. B. **Ulysses Pernambucano e o serviço de higiene mental: a institucionalização da antropologia em Pernambuco**. 2016.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. Cortez, 12. ed, São Paulo, 2011.

FONTANELLE, J. P. **Hygiene mental e educação**. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, 1, 1-10, 1925.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, Renata. **Quando a *questão racial* é o nó da questão social.** R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set/dez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, set./dez. 2019, p. 439-461.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Cortez, 41. ed. São Paulo, 2014.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; DEGANI-CARNEIRO, Filipe; OLIVEIRA, Dayse de Marie. **A formação da psicologia social como campo científico no Brasil.** Psicologia e Sociedade, v.28, n.3, p.526-536. 2016.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma época.** São Paulo: Cortez, 1983

LOURENÇO, E.; TURCI, D. A.; MIRANDA, C. S. H. de.; MARTINS, C. de S. **O atendimento à criança excepcional no instituto Pestalozzi de Minas Gerais (1940-1949).** Revista Psicologia E Saúde, vol.9, n.2, 2017, p. 77–89. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v9i2.521>. Acesso em: 10 abr. 2023

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras** in. Sevcenko, Nicolau. **República: da belle époque à era do rádio.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p.131-214.

MENEZES, Manuel. **Movimento de enclausuramento: o hospital geral como dispositivo ara a esconjuração e o confinamento dos riscos sociais.** Gestão e desenvolvimento, v. 22, 2014, p. 285-306

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico.** Cadernos de História da Educação; n 7, jan/dez, 2008.

MIRANDA, Carlos A. C. **Vivências Amargas: A Divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 1930.** Clio – Revista de Pesquisa Histórica, nº 24, v. 2, 2006

MOURA, V. L. B.; AGUIAR, S.M. B. **A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6986>. Acesso em: 25 mar. 2023

NASCIMENTO, B. M. M. **A escola de psiquiatria do Recife: fundação e 1ª sucessão - de Ulisses pernambucano a José Lucena**. Dissertação de Mestrado UFPE. CSS. Neuropsiquiatria e ciências do comportamento, 2007.

NETTO, J. P. (2014). Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. **Intervenção Social**, nº 41, 2013, p. 11–35. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1195>

OLIVEIRA, Évila F.; SILVA, Lidiane O.; COSTA, Lígia G. S. **Literatura e educação especial**. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, 2016, p. 693-695

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. **Morel e a questão da degenerescência**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 11, n. 3, p. 490-496, 2008. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/2330/233016510012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. **Trajetória da educação especial no Brasil: marcos históricos e políticos relevantes**. Mediação, Pires do Rio - GO, v. 15, n. 1, p. 206-214, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/10520>. Acesso em: 10 abr. 2023

REIS, Jose Roberto Franco. **Higiene Mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas -SP. Campinas, 1994.

RODRIGUES, JC. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Antropologia e saúde collection, Disponível: <https://static.scielo.org/scielobooks/p9949/pdf/rodrigues-9788575415559.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023

ROSSA, A. **Serviço social na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

ROSEN, G. **Uma história da Saúde Pública** São Paulo: Editora Unesp, 1994. (Série Saúde em Debate).

SCLIAR, Moacyr. **História do Conceito de Saúde**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br//physis/a/WNtwLvWQRFbscbzCywV9wGq/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 10 fev. 2023

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. A emergência do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940. In: SILVEIRA Jr., Adilson Aquino (Org.). **Serviço social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CRV, 2020. p. 51-64.

SILVEIRA Jr.; MACIEL L. Bases da renovação do Serviço Social em Pernambuco: afirmação de “abordagem comunitária” entre 1940 e 1960. In: SILVEIRA Jr., Adilson Aquino (Org.), **Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CRV, 2020, p. 121-146.

SOARES, Adriana de Oliveira. **Serviço social e saúde mental: a formação de uma prática ou uma prática em formação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, Luana Barbara Cavalcanti. **Paulo Freire e a escola de Serviço Social de Pernambuco** [livro eletrônico]. Ed. Outras Veredas, 1. ed., Recife, 2022.

SOUZA, Diego Tavares de. **História da educação das pessoas com deficiência: aspectos históricos e políticos**. Editora Realize, nov. 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2021/TRABALHO_EV156_MD1_SA6_ID563_12092021102205.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

SOUZA, V. S. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008. Disponível: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74

TAMANO, Luana Tiek Omena. **A higiene mental ronda a infância: a Clínica de Eufrenia e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan.-mar. 2022, p.145-164.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

VICENTINI, Renato da Silva. **Entre sanatórios e terreiros: Ulysses Pernambuco, René Ribeiro e o Projeto reformista da psiquiatria social de Recife (1910-1940)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE DIPLOMAÇÃO DE ANA LUIZA PEREIRA DA COSTA, 1949

Confere com o original
 Recife, 7 de fevereiro de 1956
 Maria de Lourdes Santos

N.º 2
 Cópia do diploma de Ana Luzia Pereira da Costa.

Escola de Serviço Social de Pernambuco reconhecida pelo Governo do Estado pelo ato 158 de 31 de janeiro de 1941. Diploma de Assistente Social conferido a Ana Luzia Pereira da Costa, depois de aprovada em todos os exames exigidos no curso regular de Serviço Social. Recife, 28 de junho de 1949. Diretora a) Maria de Lourdes Almeida de Moraes. Assistente Social a) Ana Luzia Pereira da Costa. Visto Secretaria de Educação e Cultura em 29 de outubro de 1954. Assinatura ilegível. Secretário No verso: selado com 2 selos de R\$. 150 federal de Educação e Saúde. Selo por verba R\$. 40000. Pagar quatrocentos cruzeiros em 7-2-56. Alfândega do Recife assinatura ilegível. Recebido R\$. 40000 em 7-2-56 Alfândega do Recife. Assinatura ilegível. Tesoureiro auxiliar. Selado com R\$. 150 estadual de Educação e Saúde. Secretaria de Educação e Cultura. Recife, 27 de outubro de 1954. Assinatura ilegível. Técnico de Educação. Registrado às fls. 1 no 2 do livro competente. Secretaria de Educação e Cultura em 27 de outubro de 1954 a) Luíza de Paula Almeida
 Confere com o original
 Recife, 21 de fevereiro de 1956
 Maria de Lourdes Santos,

ANEXO II – ATA DE DIPLOMAÇÃO DA ALUNA CARMEN DE SOUZA
CAVALCANTI, 1957

Maria de Lourdes Almeida de Moraes ¹⁴

secretária da Escola de Serviço Social de Pernambuco. a) Malda Cunha. Carimbo da Alfândega do Recife. 2º Secção. 26 de dezembro de 1957. Título de Selo. Assinatura ilegível.

Confere com o original. Recife, 9 de janeiro de 1958

Godaluf Jones de Azevedo Almeida

Cópia do Diploma de Carmen de Souza Cavalcanti

Nº 27

Impressão do Selo Nacional. Escola de Serviço Social de Pernambuco. Reconhecida pelo Governo Federal. Decreto nº 39.009 de 11 de abril de 1956. Sou, Deana de Lourdes Almeida de Moraes, Diretora da Escola de Serviço Social de Pernambuco, tendo presente o termo de colocação de grau de Assistente Social conferido no dia 21 de 12 de 1957 a Carmen de Souza Cavalcanti natural de Pernambuco filha de Joaquim do Rego Cavalcanti e Deana Augusta de Souza Cavalcanti nascido a 15.6.1913 e, usando das atribuições que me confere o Regulamento desta Escola, mandei expedir-lhe o presente Diploma de Assistente Social para que possa gozar os direitos e prerrogativas concedidas a este título pelas leis da República. Secretária da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Recife, 21 de dezembro de 1957. a) Florencio Cunha. Inspetor Federal. a) Maria de Lourdes Almeida de Moraes, diretora. a) Malda Cunha. Secretária. a) Carmen de Souza Cavalcanti, Diplomada. No verso: Declaro para efeito de fôto da inscrição prevista no art. 47, nota 2ª. da tabela anexa ao Decreto Lei nº 4.655 de 3.9.1942, (Lei do Selo) que a Sra. Carmen de Souza Cavalcanti tirou todo o seu curso gratuitamente nesta Escola de Serviço Social de